



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ECELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO

**ECOTURISMO, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E *DEEP ECOLOGY*: UMA
REFLEXÃO SOBRE O TURISMO COMO EXPERIÊNCIA DE AMPLIAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA**

MARCOS BEVILACQUA DE ANDRADE FRANCO

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDRÉ CUNHA

BRASÍLIA-DF

2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
BACHARELADO EM TURISMO

**Ecoturismo, Conservação da Natureza e *Deep Ecology*: uma reflexão
sobre o turismo como experiência de ampliação da consciência**

Marcos Bevilacqua de Andrade Franco

Orientador: Prof. Dr. André Cunha

Monografia apresentada ao Centro de
Excelência em Turismo- CET da
Universidade de Brasília – UnB, como
requisito à obtenção do grau de
Bacharel em Turismo.

BRASÍLIA-DF

2020

FRANCO, Marcos Bevilacqua de Andrade.

Ecoturismo, Conservação da Natureza e Deep Ecology: uma reflexão sobre o turismo como experiência de ampliação da consciência /

FRANCO, Marcos Bevilacqua de Andrade –
Brasília, 2020.

Monografia (graduação) – Universidade de
Brasília, Centro de Excelência em Turismo,
2020.

Orientador: Prof. Dr. André Cunha

1- Ecoturismo. 2- Conservação da Natureza.
3- *Deep Ecology*. 4-Turismo.

MARCOS BEVILACQUA DE ANDRADE FRANCO

*ECOTURISMO, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DEEP ECOLOGY: UMA
REFLEXÃO SOBRE O TURISMO COMO EXPERIÊNCIA DE AMPLIAÇÃO DA
CONSCIÊNCIA*

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da
Universidade de Brasília como um dos pré-requisitos necessários para a
obtenção do título de Bacharelado em Turismo.

Aprovado por:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Cunha
Universidade de Brasília - UnB
Orientador

Prof. Dr. Neio Lúcio Campos
Universidade de Brasília - UnB
Membro da Banca

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller
Universidade de Brasília - UnB
Membro da Banca

BRASÍLIA – DF

2020

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor André Cunha, pela cordialidade, paciência e disposição para acompanhar a realização desta monografia. Também ressalto a importância da sua disciplina de Ecologia e Turismo, que despertou a minha curiosidade para determinados aspectos do tema pesquisado.

Ao Professor Doutor Neio Lúcio, por aceitar compor a banca de avaliação da presente monografia e por, de forma muito positiva e tranquila, me fornecer as melhores ferramentas teóricas e metodológicas para a realização da pesquisa, quando tive o prazer de cursar a disciplina de Pesquisa em Turismo. Ao Professor Doutor Luiz Carlos Spiller, por compor esta banca e me ajudar de forma prestativa durante sua época como coordenador e também como professor. À Professora Doutora Fernanda Cornils, por aceitar o convite para compor a banca, como suplente.

Ao CET, minha segunda casa durante todo este período, e a todos os professores e funcionários que fizeram parte desta caminhada da maneira mais incrível que poderia ter sido, especialmente ao Professor Doutor Mozart Fazito, à Professora Doutora Marutschka Moesch e à Professora Doutora Iara Brasileiro.

Ao CEAM que durante minha caminhada universitária me proporcionou disciplinas diferenciadas que ampliaram minha visão de mundo e ao professor João Homem de Carvalho que também contribuiu fortemente.

Agradeço fortemente a minha mãe, Leda Márcia, minha maior apoiadora e incentivadora em todos os meus projetos de vida e ao meu pai, Professor Doutor José Luiz Franco, que sempre acreditou em mim, incondicionalmente, me auxiliando com sua experiência acadêmica e com assuntos de pesquisa relacionados com o tema da minha monografia, com a bibliografia e a documentação pesquisada, com as dificuldades da escrita e da interpretação de textos.

Aos meus grandes amigos e irmãos que sempre me auxiliaram na vida acadêmica com seus diferentes pontos de vista: Vinicius Rabelo, Louise Maciel, Beatriz Oliveira, Pedro Victor Gomes, Laura Leite, Gabriel Gomes,

Rafael César, Flávia Costa, Yolanda Araújo, João Paulo Rabelo, Lucas Barbosa e diversas outras amizades que felizmente tive nessa passagem pelo curso.

Sou grato.

RESUMO

O presente trabalho é uma reflexão sobre as relações entre o pensamento e a ação voltados para a conservação da natureza, a biologia da conservação, os princípios éticos e filosóficos estabelecidos pela *Deep Ecology* (Ecologia Profunda) e os princípios e práticas desenvolvidos pelo ecoturismo. Ele trata do potencial que a prática do ecoturismo, permeada por valores característicos de uma ética ecocêntrica, baseada na noção de que a natureza tem um valor intrínseco, tem como ferramenta de interpretação e educação para a conservação dos patrimônios natural e cultural. A pesquisa foi baseada em amplo material sobre ecoturismo, história da conservação da natureza e *Deep Ecology* - documentos, *sites*, artigos, livros e vídeos. As principais conclusões remetem à ideia de que o ecoturismo, como um segmento voltado para a conservação dos patrimônios natural e cultural, da biodiversidade e da sociodiversidade, depende de uma reflexão profunda em relação aos valores e aos princípios éticos que orientam a sua prática.

Palavras-chave: Ecoturismo; conservação da natureza; *Deep Ecology*

ABSTRACT

This paper is the result of a research on the relationship between thought and action towards nature conservation, conservation biology, the ethical and philosophical principles established by Deep Ecology and the principles and practices developed by ecotourism. It deals with the potential that the practice of ecotourism, permeated by characteristic values of an ecocentric ethics, based on the notion that nature has an intrinsic value, has as a tool of interpretation and education for the conservation of natural and cultural heritage. The research was based on extensive material on ecotourism, nature conservation history and Deep Ecology - documents, websites, articles, books and videos. The main conclusions refer to the idea that ecotourism, as a segment focused on the conservation of natural and cultural heritage, biodiversity and sociodiversity, depends on a deep reflection on the values and ethical principles that guide its practice.

Keywords: Ecotourism; nature conservation; Deep Ecology

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1 – Do Transcendentalismo Romântico à Biologia da Conservação: Visões de mundo e proteção à natureza.....	14
1.1 - Henry David Thoreau, John Muir e a preservação da <i>wilderness</i>	14
1.2 - Aldo Leopold e a Ecologia	20
1.3 - A Biologia da Conservação	24
1.4 - Conservação da biodiversidade e turismo	27
Capítulo 2 - Nadando contra a corrente: o conceito e a história do ecoturismo	29
2.1 - O <i>Grand Tour</i> e o aspecto educativo do turismo	29
2.2 - O turismo de massa e a emergência do ecoturismo	30
2.3 - O conceito de ecoturismo e suas implicações éticas	34
2.4 - Ecoturismo, educação ambiental e conservação da biodiversidade	37
Capítulo 3 - O Ecoturismo e a <i>Deep Ecology</i>: uma reflexão sobre princípios éticos	43
3.1 - A <i>Deep Ecology</i> ou Ecologia Profunda	43
3.2 - O Ecoturismo: <i>Deep</i> e <i>Shallow</i>	50
Considerações Finais	54
Fontes e Bibliografia	56

INTRODUÇÃO

“Se você construiu castelos no ar, não pense que desperdiçou seu trabalho; eles estão onde deveriam estar. Agora construa os alicerces”.

Henry Thoreau (1817-1862)

O tema do presente trabalho consiste em uma reflexão geral e aprofundada sobre o ecoturismo, um segmento turístico que se configurou como uma alternativa ao turismo de massa. Tratava-se de garantir uma opção de viagem turística a destinos de natureza que não impactasse negativamente o ambiente ou a cultura local. Assim, o ecoturismo se constituiu em oposição a um turismo caracterizado pelo acúmulo de pessoas nas destinações e atrativos turísticos, e ao crescimento desenfreado de ofertas turísticas focadas exclusivamente na obtenção do lucro.

Ainda que o ecoturismo tenha valorizado a natureza e a cultura dos locais de visitação, muitas vezes ele acabou sendo apropriado pelo setor mercadológico, tornando-se mais um rótulo e se aproximando das formas convencionais, voltadas sobretudo para as motiva es econ micas e menos preocupadas com a conserva o dos patrimônios naturais ou culturais. Por isso, o intuito dessa pesquisa foi o de pensar a prática do segmento do ecoturismo, relacionando-o com uma tradi o de pensamento e a o voltados para a conserva o da natureza e com os princípios éticos e filosóficos estabelecidos pela *Deep Ecology*, um movimento que surgiu no início dos anos 1970. O ponto de destaque e de convergência entre a tradi o de conserva o da natureza e a *Deep Ecology*   a atribui o, por ambas, de um valor intrínseco   natureza e o desenvolvimento de uma  tica ecocêntrica, na qual os humanos se tornam parceiros e colaboradores de todas as formas de vida que dividem com eles o planeta Terra.

A ideia foi, a partir dos princípios éticos da filosofia da *Deep Ecology*, fazer uma reflexão sobre os valores e práticas que podem levar a uma maior efetividade do ecoturismo como estratégia de conserva o da natureza e das

tradições culturais, da biodiversidade e da sociodiversidade, assegurando assim ao máximo a participação dos turistas como agentes da valorização e proteção dos locais visitados. Outro ponto considerado foi a noção de que a atividade turística, como no *Grand Tour* que a antecedeu, deve desempenhar um papel educativo, ampliando os horizontes do turista e desenvolvendo a sua consciência em relação às questões ambientais e sociais.

Tomando por base essas preocupações iniciais, formulamos uma série de perguntas: Como se desenvolveu a preocupação com a conservação da natureza e que tipos de valores ela disseminou? O que é a *Deep Ecology* e quais os valores por ela estabelecidos? Quais são os princípios do ecoturismo e em que medida as práticas desenvolvidas nas atividades de ecoturismo seguem os princípios do ecoturismo? Quais as relações entre os princípios apregoados pela *Deep Ecology* e os princípios do ecoturismo? Como uma vinculação maior e mais aprofundada entre a ciência e o ativismo voltado para a conservação da natureza, a filosofia da *Deep Ecology* e a prática do ecoturismo pode levar a uma maior efetividade do ecoturismo como estratégia de conservação da natureza?

O objetivo geral deste trabalho foi, portanto, aprofundar a reflexão e o conhecimento a respeito dos valores relacionados com a conservação da natureza e com a prática do ecoturismo, especialmente aqueles que se relacionam com a filosofia da *Deep Ecology*. A realização desse objetivo mais geral se deu por intermédio dos seguintes objetivos específicos: a) compreender o desenvolvimento do pensamento e das ações voltadas para a conservação da natureza ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente de uma tradição caracterizada por atribuir um valor intrínseco à natureza; b) entender o contexto histórico em que o conceito e a prática do ecoturismo emergem, e analisar o papel do ecoturismo na conservação dos patrimônios natural e cultural; c) compreender a filosofia da *Deep Ecology* e discutir sobre como os valores da *Deep Ecology* podem incrementar a prática do ecoturismo como ferramenta de interpretação e educação para a conservação dos patrimônios natural e cultural.

Cada um desses três objetivos específicos foi desenvolvido em um capítulo. O primeiro capítulo trata do desenvolvimento de concepções sobre a conservação da natureza, desde o século XIX até o final do século XX, quando

surge a Biologia da Conservação. Mostra o papel desempenhado pela ciência da Ecologia na valorização de todos os seres vivos e das interações entre eles e deles com o mundo inorgânico. Resgata alguns pensadores da conservação importantes, como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold.

No segundo capítulo o foco principal é a discussão sobre a história e o conceito do ecoturismo, seus princípios e valores éticos relacionados com a sua prática, o comportamento do turista e os aspectos educacionais. Trata-se de compreender as particularidades do ecoturismo e o papel que ele pode desempenhar no desenvolvimento de uma consciência ampliada da relação dos humanos com o restante da natureza, uma consciência menos centrada no consumo de recursos naturais pelos humanos e mais centrada em um convívio harmonioso com a imensa diversidade biológica do planeta, uma consciência mais ecocêntrica. A discussão gira em torno, sobretudo, de como o ecoturismo pode contribuir para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade do planeta.

O terceiro e último capítulo trata da emergência do movimento filosófico da *Deep Ecology*, no início dos anos 1970, e de como, a partir da atribuição de um valor intrínseco à natureza, se estrutura uma ética ecocêntrica. A intenção é entender como essa ética se vincula à tradição de pensamento e ação voltada para a conservação da natureza, estudada no primeiro capítulo, e como ela permite pensar uma noção de “ecoturismo profundo”.

A produção deste trabalho foi baseada em uma ampla literatura sobre ecoturismo, sobre a história da conservação da natureza e sobre a *Deep Ecology*. A estrutura de pesquisa foi baseada em: a) pesquisa de documentos, artigos, livros e vídeos sobre conservação da natureza, *Deep Ecology* e ecoturismo; b) Análise e interpretação do material pesquisado; c) Reflexão sobre as conexões entre conservação da natureza, *Deep Ecology* e ecoturismo; d) Desenvolvimento de recomendações para equacionar princípios éticos e filosóficos da *Deep Ecology* e do ecoturismo com as práticas do ecoturismo e potencializar a conservação dos patrimônios natural e cultural.

As principais conclusões do trabalho remetem à ideia de que o ecoturismo, como um segmento voltado para a conservação dos patrimônios natural e cultural, da biodiversidade e da sociodiversidade, depende de uma reflexão profunda em relação aos valores e aos princípios éticos que orientam

a sua prática, e especialmente do desenvolvimento de uma consciência mais ecocêntrica, baseada na atribuição de um valor intrínseco à natureza.

CAPÍTULO 1

Do Transcendentalismo Romântico à Biologia da Conservação: Visões de mundo e proteção à natureza

O presente capítulo trata do desenvolvimento de concepções sobre a proteção à natureza em diferentes momentos, desde o século XIX até o XXI. A relação entre essas concepções foi estabelecida a partir da noção de que a natureza tem um valor intrínseco, presente nelas. Essa noção permitiu articular visões de mundo, autores, filosofia, percepções estéticas e éticas, e ciência dentro de uma mesma tradição, estabelecer um fio condutor. O percurso vai da visão de uma natureza transcendental, que emergiu com o Romantismo, até a Biologia da Conservação e o conceito de biodiversidade, passando pelo papel desempenhado pela ciência da Ecologia na valorização de todos os seres vivos e das interações entre eles e deles com o mundo inorgânico. Alguns autores foram privilegiados nesse percurso, como Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold, além de uma discussão sobre o surgimento da Biologia da Conservação.

1.1 - Henry David Thoreau, John Muir e a preservação da *wilderness*

Em seu livro *Wilderness and the American Mind*, Roderick Frazier Nash (2001) mostra como a natureza selvagem, espaços em que a presença humana é rala e nos quais prevalece o que é indomado, a *wilderness*, passa, durante os séculos XVIII e XIX, de algo percebido como negativo, temido e associado à bestialidade, para algo apreciado e relacionado com a criação divina. Essa transição, segundo Nash, se deveu, sobretudo, ao florescimento do Romantismo. Com ele, a *wilderness* perdeu muito de sua repulsividade. Ela continuava sendo um espaço de solidão, misterioso e algo caótico, mas, essas características passavam a ser valorizadas dentro de uma estética em que a natureza era vista como pitoresca e sublime.

Franco (2015) explica que, até o século XVIII, o que se valorizava era uma natureza antropizada, seja a da arcádia, pastoril, ou a do classicismo, com suas formas geométricas. Com o Romantismo, as florestas, os grandes desertos, as montanhas, a vastidão das pradarias, os rios e o mar, enfim, a

wilderness, passaram a ser uma natureza transcendental, para além do artefato humano, a ser admirada.

Entre 1500 e 1800, os humanos, de todos os níveis sociais passaram a perceber e classificar o mundo natural ao seu redor de modo diferente, descartando muitos dogmas há muito estabelecidos. Surgiram novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. O relacionamento com outras espécies foi redefinido e o direito dos humanos de explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado. Esses séculos produziram tanto um intenso interesse pelo mundo natural, bem como dúvidas e ansiedades em relação a como tratar esse patrimônio herdado (Thomas, 1996).

Não foi só a literatura romântica que contribuiu para a emergência de novas sensibilidades. O desenvolvimento da ciência também desempenhou um papel fundamental:

O estudo cuidadoso da história natural fizera cair em descrédito muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior de afinidade com a criação animal debilitara as velhas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais viera à luz; e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore sem valor prático, um número cada vez maior de pessoas passava a plantar árvores e a cultivar flores para pura satisfação emocional (Thomas, 1996, p. 289).

Como bem demonstrado pela historiadora Andrea Wulf (2016), a visão romântica de natureza e a ciência se juntaram na figura de Alexander von Humboldt (1760-1859), uma das principais personalidades da ciência no século XIX. A própria concepção de ciência de Humboldt foi influenciada fortemente pelo Romantismo, especialmente em razão da sua amizade com o poeta romântico e dramaturgo alemão Johann Wolfgang Goethe (1749-1832). O ideal de ciência de Humboldt era o de uma ciência holística, fundamentada na análise das interações entre os diversos componentes da natureza, uma natureza percebida como uma totalidade integrada, sublime. As suas obras científicas e as suas narrativas de viagem tiveram grande impacto sobre cientistas, como Charles Darwin (1809-1882) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), e sobre personalidades importantes para o surgimento das

preocupações com a conservação da natureza nos Estados Unidos da América (EUA), como Henry David Thoreau, George Perkins Marsh e John Muir.

A compreensão do mundo natural advinda das pesquisas realizadas durante os séculos XVIII e XIX afetou profundamente a visão dos humanos em relação ao seu lugar na natureza. Foi um período de grande autoconfiança e segurança, em que o domínio sobre a natureza era visto como essencial para o progresso e para a sobrevivência da espécie humana. Mas, ao mesmo tempo, uma “consciência biocêntrica” emergiu gradualmente, reforçando o sentido de inter-relação entre os humanos e a natureza. A obra de Darwin estimulou esse tipo de perspectiva. A evolução sugeria que os humanos não eram essencialmente diferentes de todas as outras espécies e que foi, por sua própria conta e risco, que se havia distanciado da natureza (McCormick, 1992).

Tal perspectiva teve um papel importante no que diz respeito ao desenvolvimento de novas sensibilidades relacionadas ao mundo natural e ao problema da sua conservação. O apego às criaturas da natureza e à *wilderness* esteve ligado ao distanciamento e ao medo da perda gerados pelo padrão urbano e industrial característico das sociedades modernas. Influências como o romantismo e o darwinismo contribuíram para uma visão mais integrada da natureza e para a noção dos seres humanos como parte do mundo natural (Franco, 2015; Franco, Schittini e Braz, 2015). Uma preocupação com a preservação da *wilderness* emergiu nos EUA, baseada em uma visão romântica da natureza, sublime, autônoma e transcendental. Os seus principais expoentes foram Henry David Thoreau e John Muir, que foram também os que se aproximaram mais de estabelecer um valor intrínseco para a natureza.

Henry David Thoreau (1817-1862) foi um naturalista e escritor norte-americano, representante do transcendentalismo romântico, cujo principal expoente era o seu amigo Ralph Waldo Emerson (1803-1882). Nascido em Concord, Massachusetts, e criado em uma família de protestantes franceses, Thoreau graduou-se em Literatura Clássica e Línguas na Universidade de Harvard, em 1837. Em seguida, voltou para Concord, onde dividia o seu tempo entre os estudos da cultura clássica e de literatura e longas caminhadas em meio à natureza, durante as quais desenvolveu um agudo senso de

observação da fauna, da flora e de suas interações com o mundo abiótico (Drummond, 1984; Nash, 2001).

As obras mais conhecidas de Thoreau são o ensaio intitulado *A Desobediência Civil* e o livro *Walden ou A Vida nos Bosques*. O primeiro texto é um manifesto pela liberdade, contra a escravidão negra. Esse ensaio, mais tarde, exerceu forte influência sobre Gandhi, Martin Luther King e Nelson Mandela. O segundo texto foi fruto do período em que Thoreau viveu em uma cabana às margens do Lago Walden, experimentando uma vida simples junto à natureza. É nesse livro que se expressa com maior clareza a filosofia de Thoreau, baseada em observações introspectivas e no desenvolvimento de uma sensibilidade aguçada em relação ao mundo selvagem, a *wilderness*, e aos instintos humanos primordiais, responsáveis pela criatividade e inspiração artística e científica. Trata-se, sobretudo, de uma visão romântica da natureza e do ser humano. Viver junto à natureza implicava em uma profunda intimidade, que para Thoreau, era a essência de um naturalista (Thoreau, 1984; Thoreau, 1987).

Há uma forte conexão entre a ecologia contemporânea e a perspectiva romântica da natureza. A abordagem romântica do mundo natural era fundamentalmente ecológica, na medida em que enfatizava as interações e as interdependências. Nos escritos de Thoreau essa similaridade de percepção é muito clara. Ele foi, ao mesmo tempo, um ecologista de campo e um filósofo da natureza. As suas ideias, a sua vida e o seu trabalho expressam uma atitude romântica em relação à terra, bem como uma filosofia ecológica cada vez mais complexa e sofisticada. Ele se tornou, também, uma fonte de inspiração e um guia para o ativismo subversivo do recente movimento ecológico (Worster, 1998).

Essa disposição para viver em intimidade com a natureza, especialmente a natureza selvagem, indomada, a *wilderness*, de compreendê-la e defendê-la expressou-se quando Thoreau, em 1851, proferiu no Liceu de Concord uma palestra sobre a relação dos humanos com a natureza selvagem (Nash, 2001). Ele iniciou da seguinte maneira:

Desejo me pronunciar a favor da Natureza, a favor da mais absoluta liberdade e do estado mais absolutamente selvagem,

em contraste com uma liberdade e uma cultura meramente civis – quero defender o homem como um habitante, uma parte e uma parcela da Natureza e não como membro da sociedade. Quero que meu pronunciamento seja radical, se isso o ajudar a ser enfático... (Thoreau, 1984, p. 81).

Thoreau entendia que era da natureza selvagem (*wilderness*) que vinham os tônicos e os ruídos que energizavam e renovavam as forças da humanidade. Ele atribuía à natureza um valor intrínseco, tratava-se de algo sublime, que transcendia a civilização criada pelo ser humano e era a sua fonte de vitalidade. Thoreau (1984) afirmava “que o Indomado [*wildness*] significa a preservação do Mundo” (p. 97). Ele via uma complementaridade entre civilização e natureza selvagem, pois havia no interior de cada ser humano “civilizado” um “coração selvagem”. Simon Schama (1996), após analisar a relação de Thoreau com a natureza selvagem, argumentava que: “É inútil sonhar com uma rusticidade distante de nós. Isso não existe. O que inspira tal sonho é o charco que há em nosso cérebro e em nossas entranhas, o vigor primitivo da natureza existente em nós” (p. 573).

John Muir (1838-1914) nasceu em Dunbar, na Escócia. Ainda menino, gostava de fazer passeios ao ar livre no rústico interior escocês e já lia, escondido de seu pai, rigoroso pastor protestante, que só aceitava a leitura da bíblia, os poetas românticos, como William Wordsworth (1770-1850). Em 1849, a sua família mudou-se para os EUA, se estabelecendo em uma fazenda em Wisconsin. Muir passou a adolescência trabalhando duro, no campo, mas mostrou grande talento para construir e inventar dispositivos mecânicos. Isto lhe rendeu um bom dinheiro, o que lhe possibilitou frequentar a Universidade de Wisconsin. Por causa de sua paixão pela natureza, acabou se dedicando aos estudos de ciências, especialmente a Geologia e a Botânica. Não terminou a universidade. Durante a Guerra Civil, Muir atravessou a fronteira para o Canadá para evitar ser recrutado. Quando voltou, trabalhou por algum tempo em uma fábrica de carruagens em Indianópolis, onde quase perdeu a visão, enquanto trabalhava em uma de suas invenções. Logo após recuperar a visão, partiu, em 1867, para realizar o seu sonho de viajar através de lugares onde ele pudesse estar junto à natureza selvagem. Essa longa jornada o levou às serras da Califórnia, em 1868, onde se estabeleceu (Nash, 2001; Worster, 2008).

Muir trabalhou como pastor de ovelhas, em uma serraria e depois como guia para os turistas que começaram a frequentar o vale e as montanhas do Yosemite, na época um parque estadual. Logo após o seu casamento, em 1880, com Louie Wanda Strentzel, com quem teve duas filhas, Muir tornou-se um próspero fazendeiro, em Alhambra Valley, próximo a San Francisco, dedicando-se à produção de frutas. Mas, ele nunca abandonou as suas jornadas de aventura e conhecimento, pelas serras da Califórnia até o Alasca. Rodou o mundo, já com mais de cinquenta anos, conheceu a América do Sul, esteve inclusive na Amazônia e no sul do Brasil, foi à Europa, África, Ásia, Austrália, Nova Zelândia e ao Havaí (Worster, 2008).

Os EUA encontraram em Muir um campeão da defesa da natureza selvagem, da *wilderness*. Ele se tornou um escritor de sucesso, sobretudo por suas narrativas de viagens de aventura em meio à natureza, escrevendo sobre a Califórnia e o Alasca. Mas, também escreveu livros científicos, sobre o papel das glaciações na formação do relevo do Yosemite e sobre botânica. Publicou muitos artigos voltados para a defesa da natureza selvagem. Foi a principal liderança na luta pela transformação do Yosemite em parque nacional e pela sua ampliação. Foi cofundador e primeiro presidente do Sierra Club, que além de um clube de excursionistas foi e ainda permanece ativo como ONG na luta pela preservação da natureza (Nash, 2001; Worster, 2008).

A concepção de Muir sobre a natureza foi fortemente influenciada pelo transcendentalismo romântico de Emerson e Thoreau, mas ele também foi um leitor inveterado de ciência, especialmente das obras de Charles Lyell (1797-1875), Humboldt, Darwin, Joseph Hooker (1817-1911) e Asa Gray (1810-1888). Como Thoreau, Muir entendia a *wilderness* como complementar à civilização. Para eles, a civilização já havia avançado demais, os espaços urbanos eram tumultuados e poluídos, o homem civilizado era estressado e carente de espontaneidade e liberdade. A *wilderness*, com a sua grandiosidade selvagem, vinha perdendo espaço, as terras eram transformadas em pastagens, plantações e cidades, e a flora e fauna selvagens estavam desaparecendo. A *wilderness* se configurava como um espaço de contemplação estética, superação de limites, lazer e busca de conhecimento científico. Como ponto de equilíbrio da civilização, ela precisava ser preservada, conhecida e usufruída (Worster, 2008; Franco, 2015).

Para Muir as pessoas usufruiriam de maiores benefícios pelo contato com a natureza do que pelos bens materiais extraídos dela (McCormick, 1992; Nash, 2001; Nash, 1989). Da sua perspectiva, os humanos eram parte da natureza e, dessa forma, iguais em valor a todas as outras criaturas: “o universo seria incompleto sem o homem; mas também o seria sem a presença da menor das criaturas microscópicas, que mora além dos nossos olhos e conhecimento” (Muir, 1916, p. 139, tradução livre do autor). Ele exclamava: “Quão estreitos somos nós, criaturas egoístas e arrogantes, em nossas simpatias! Quão cegos para os direitos de todo o resto da criação” (Muir, 1916, p. 98, tradução livre do autor).

Muir destacou-se por defender a natureza pelo seu valor intrínseco. Ele atribuía direitos de existência a espécies que eram consideradas perniciosas em sua época, que eram incansavelmente perseguidas, como répteis, artrópodes e predadores (Nash, 1989; Nash, 2001; Worster, 2008; Franco, 2015).

1.2 - Aldo Leopold e a Ecologia

Aldo Leopold (1887-1948) nasceu em Burlington, no Iowa, EUA, perto do rio Mississipi, e, desde cedo, incentivado por seus pais, desenvolveu o gosto pelas aventuras junto à natureza. Interessou-se pela identificação de aves e a ornitologia se tornou um objeto de estudo que ele desenvolveu durante o período em que se preparava na Lawrenceville School, em Nova Jersey, para ingressar na universidade. A paixão pela ornitologia e pelas caminhadas em meio à natureza o acompanhou na graduação na Escola de Ciências, em Yale, situada em New Haven, Connecticut, onde ele também fez o seu mestrado em engenharia florestal, concluído em 1909, na renomada *Yale Forestry School*. Isto o qualificou para assumir um posto no Serviço Florestal dos Estados Unidos, onde trabalhou principalmente com manejo de caça. Ele introduziu, também, no Serviço Florestal, a ideia de que, para além das áreas manejadas para o corte de árvores e o pastoreio, era possível manter áreas selvagens, *wildernesses*, destinadas à visitação, caça e pesca (Nash, 2001).

O engajamento de Leopold com a conservação de áreas selvagens levou-o a estar entre os fundadores da Wilderness Society, em 1935. Tratava-se de garantir a proteção de áreas onde a natureza se mantivesse mais

próxima de seu estado selvagem, de áreas em que a presença humana não tivesse deixado marcas duradouras, áreas sem estradas. As lutas travadas pela Wilderness Society levaram a que, já após a morte de Leopold, fosse estabelecida, em 1964, uma lei, o Wilderness Act, que garante a criação de áreas de *wilderness* dentro dos territórios administrados pelo Serviço Florestal, pelo Serviço de Parques Nacionais, pelo Serviço de Pesca e Fauna Selvagem e pelo Bureau de Manejo de Terras (Nash, 2001).

A trajetória de Leopold foi marcada por uma mudança significativa na sua maneira de encarar a natureza, sobretudo a partir do seu interesse pela ciência da ecologia. A sua formação na Yale Forestry School, escola cuja fundação foi patrocinada pela família do eminente engenheiro florestal Gifford Pinchot (1865-1946), aproximou-o das concepções de conservação da natureza caras a este último. Tratava-se de um manejo racional dos recursos naturais, proporcionado pelo melhor uso da tecnologia, garantindo o seu uso pelas gerações presentes e futuras (Nash, 2001; McCormick, 1992).

Muir e Pinchot, que haviam sido próximos, se afastaram em virtude da construção da represa de Hetch Hetchy, no interior do Parque Nacional do Yosemite. Muir era terminantemente contra, para ele tratava-se de uma profanação da *wilderness*, uma obra de arte sublime, não construída por mãos humanas, com um valor transcendental, intrínseco. Para Pinchot, que defendeu a construção da represa, as necessidades humanas mais imediatas - o abastecimento da cidade de San Francisco, de água e eletricidade - colocavam a preservação da *wilderness* em segundo plano. A conservação da natureza para Muir estava relacionada com a ideia de preservação de espaços selvagens. Para Pinchot a conservação consistia em um uso racional, sábio, dos recursos naturais, era uma perspectiva mais pragmática (Davenport & Rao, 2002; McCormick, 1992; Nash, 2001).

Mas, Leopold também se aproximou das ideias de Muir, especialmente pela sua paixão pela *wilderness*. No começo, a sua perspectiva em relação ao manejo de caça era muito mais utilitarista. Ele privilegiava a proteção das espécies preferidas pelos caçadores, como os cervídeos, em detrimento dos predadores, como os lobos, coiotes e pumas, vistos como competidores, como espécies perniciosas. Durante o tempo em que trabalhou no Novo México e no Arizona, Leopold perseguiu os coiotes e os lobos até o seu quase extermínio.

Tudo mudou quando ele começou a se aprofundar em seus estudos de ecologia (Franco, Schittinni e Braz, 2015; Nash, 2001).

Com o desenvolvimento das pesquisas realizadas no campo da ecologia, nos anos 1920, 1930 e 1940, os ecólogos passaram a desempenhar um papel cada vez maior nas questões relacionadas com a conservação da natureza. Foram os ecólogos que começaram a mostrar que os predadores desempenham um papel importante na natureza. Eles chamavam a atenção para as interações entre todos os organismos, tecendo uma intrincada e complexa teia da vida. O conceito de ecossistema, concebido, em 1935, por Arthur Tansley (1871-1955), definiu como a unidade básica da natureza o sistema formado pelos organismos vivos e pelos componentes inorgânicos. O conjunto formado por esses dois fatores (bióticos e abióticos), as suas interações e interdependências formam os ecossistemas, que são de vários tipos e têm diversos tamanhos (Franco, 2013; Franco, Schittinni e Braz, 2015).

Foi com a sua aproximação da ecologia que Leopold mudou a sua perspectiva em relação à natureza, passando a lhe atribuir um valor intrínseco. Mudou também a sua vida profissional. Em 1924, aceitou a transferência para o Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal, em Madison, onde serviu como diretor associado. Mais tarde, Leopold se tornou professor da Universidade de Wisconsin. Foi quando ele atingiu a sua maturidade intelectual e começou a dar forma ao que seria a sua “Ética da Terra” – *The Land Ethic* (Nash, 2001).

Perto do fim de sua vida, Leopold descreveu como o seu interesse na conservação da *wilderness*, gradualmente, se expandiu e se aprofundou em uma filosofia da responsabilidade dos humanos pela totalidade da natureza. Ainda em Iowa, como colegial, ele caçava patos em um pântano seco e plantado com milho. Embora as vantagens econômicas fossem perceptíveis, Leopold não conseguia suprimir um sentimento de que matar os patos era errado. Mais tarde, no sudoeste, ele participou de uma campanha para exterminar animais predadores e novamente sentiu-se desconfortável sobre a ética dessa ação. Já no Laboratório de Produtos Florestais, ele começou a deixar o utilitarismo de lado. Mas, foi somente no início da década de 1930, quando aceitou uma posição na Universidade de Wisconsin, como especialista em manejo de caça, que esses sentimentos adquiriram foco e clareza. A causa

imediate foi um período de férias na Sierra Madre, no norte do México. Leopold lembrou que foi lá, em meio a *wilderness*, que ele percebeu que a terra é um organismo (Nash, 2001).

Tão importante como a exposição à *wilderness* mexicana, para o amadurecimento do pensamento de Leopold, foi o insight ecológico. A ecologia ensinou-lhe a interdependência de todos os seres vivos. Ela deu significado às evidências que ele vinha coletando sobre as consequências dos abusos sobre o mundo natural. A familiaridade com a ecologia também sugeriu a necessidade de uma nova abordagem, baseada na ética, que conscientizasse os humanos de que o seu ambiente era uma comunidade à qual pertenciam, não uma mercadoria que possuíam. Tratava-se de desenvolver uma "consciência ecológica", que produziria um respeito genuíno por todas as formas de vida. Para a conservação, o resultado foi uma ampliação da lógica, passando do estritamente econômico para o ético e estético (Nash, 2001).

Leopold (s/d) observava que:

É inconcebível para mim que uma relação ética com a terra possa existir sem amor, respeito e admiração por ela, e uma alta consideração pelo seu valor. Por valor, é claro, eu entendo alguma coisa muito mais ampla do que o mero valor econômico, eu entendo valor no sentido filosófico (p. 223, tradução livre do autor).

Como Thoreau, que afirmava que na *wildness*, naquilo que era indomado, estava a possibilidade de preservação do mundo, da civilização, Leopold (s/d) entendia que “a natureza selvagem é o material bruto a partir do qual o homem tem martelado o artefato chamado civilização” e que “a rica diversidade de culturas do mundo reflete a correspondente diversidade de ambientes selvagens a partir dos quais elas nasceram” (p. 188, tradução livre do autor). Tratava-se para Leopold de um novo entendimento, de uma nova percepção do mundo e da relação dos humanos com a natureza. Como ele próprio dizia, tratava-se de “pensar como uma montanha”, o que significava compreender o mundo a partir da perspectiva da ecologia.

1.3 - A Biologia da Conservação

O conceito de biodiversidade é recente. Foi idealizado por Walter G. Rosen, do National Research Council / National Academy of Sciences (NRC/NAS), em 1985, enquanto planejava a realização de um fórum sobre diversidade biológica. O evento foi realizado na capital norte-americana, Washington, em 1986, com o nome de National Forum on BioDiversity, e aconteceu em um momento em que o conhecimento sobre a diversidade da vida se desenvolvia e as preocupações com a sua conservação cresciam. A Society for Conservation Biology (SCB) foi fundada em 1985 e em 1987 a revista *Conservation Biology* publicou o seu primeiro número (Franco, 2013).

O National Forum on BioDiversity reuniu expoentes dos mais variados campos do conhecimento (biologia, agronomia, economia, filosofia, entre outros), representantes de agências de assistência técnica e de financiamento e de ONGs. Centenas de pessoas assistiram as palestras e painéis e o evento teve ampla cobertura da imprensa. A preocupação com a destruição de habitats e com a extinção acelerada de espécies foi o principal foco dos debates (Franco, 2013).

Os resultados do National Forum on BioDiversity foram publicados em 1988, em um livro organizado pelo prestigiado biólogo Edward O. Wilson, com o título de *Biodiversidade*, que é a forma contraída de diversidade biológica. No prefácio do livro, Wilson alertava:

A diversidade de formas de vida, em número tão grande que ainda temos que identificar a maioria delas, é a maior maravilha desse planeta. A biosfera é uma tapeçaria intrincada de formas de vida que se entrelaçam. [...] Este livro oferece uma visão geral dessa diversidade biológica e traz um aviso urgente de que estamos alterando e destruindo os ambientes que criaram a diversidade de formas de vida por mais de um bilhão de anos. (WILSON, 1997).

Os termos biodiversidade e diversidade da vida se tornaram correntes na literatura que tratava de questões relacionadas com os temas fundamentais da ecologia e da biologia evolutiva, com a diversidade de espécies e com os ambientes que lhe servem de suporte. Esses termos extrapolaram os meios científicos e se tornaram comuns também no jargão dos ativistas da conservação (Franco, 2013).

Franco (2013) chama a atenção para o fato de que:

O National Forum on BioDiversity e o livro *Biodiversity* foram, ao mesmo tempo, ponto de chegada e ponto de partida para os esforços relacionados com a conservação da natureza. Foram um ponto de convergência para a reflexão sobre o conhecimento acumulado durante anos de pesquisas a respeito da diversidade biológica e de práticas voltadas para a conservação dela. O conceito de biodiversidade e o consenso entre cientistas e ativistas sobre a urgência em evitar que a biodiversidade continuasse a ser destruída pelos excessos da espécie humana conduziram a um deslocamento na maneira de enfocar a questão da conservação da natureza. De uma preocupação com a preservação da *wilderness*, com suas paisagens sublimes e com a fauna e a flora carismáticas, aos poucos, houve uma transição para a noção de conservação da biodiversidade (p. 24-25).

As preocupações com a conservação da biodiversidade estavam relacionadas com um fenômeno que passou a ser chamado, pelos cientistas, de “A Sexta Extinção”, um processo de extinção em massa de espécies. Outros cinco episódios de extinção em massa ocorreram, em decorrência de catástrofes naturais, sendo o mais conhecido o que extinguiu os dinossauros, há 66 milhões de anos atrás, causado pela queda de um asteroide no local da atual Península de Iucatã, no México. O atual episódio de extinção em massa de espécies, diferente dos outros, está relacionado com os impactos dos humanos sobre o planeta, que fazem com que a taxa de extinção de espécies seja, no presente, de 100 a 1000 vezes maior do que seria o normal. Espécies desaparecem e surgem ao longo do tempo, que é o que caracteriza o processo evolutivo, mas, a atual taxa de extinção indica a existência de uma crise global da biodiversidade (Kolbert, 2015).

Em resposta aos desafios colocados por essa crise de extinção de espécies, emergiu, durante os anos 1980, uma disciplina que ficou conhecida como Biologia da Conservação. O principal manual americano sobre biologia da conservação (Groom, Meffe & Carroll, 2006) apresenta este novo campo do conhecimento como um campo relativamente recente, sintético, que aplica os princípios da ecologia, da biogeografia, da genética das populações, da economia, da sociologia, da antropologia, da filosofia e de outras disciplinas

teoricamente embasadas, voltadas para a manutenção da diversidade biológica por todo o mundo.

Um dos pontos fundamentais da biologia da conservação é o reconhecimento de que a biodiversidade não foi feita para os humanos, e nem por eles:

[...] Com isto, as mais variadas formas de vida ganham “cidadania” no âmbito das preocupações com a conservação da natureza. Não apenas as espécies consideradas úteis ou belas ou os ecossistemas considerados agradáveis e dignos de serem admirados como paisagem são valorizados. A biodiversidade em todas as suas formas é considerada importante e portadora de um valor intrínseco (Franco, 2013, p. 28).

É justamente a ideia de um valor intrínseco que une a Biologia da Conservação à tradição mais antiga da preservação da *wilderness*. Para Franco (2013):

A maneira de focar a questão da conservação da natureza mudou. Da preservação da *wilderness*, com suas paisagens sublimes e sua fauna e flora carismáticas, houve um deslocamento para a conservação da biodiversidade. A urgência em evitar a destruição da biodiversidade fez com que muitos biólogos se tornassem biólogos da conservação. O enfoque cada vez mais científico, a necessidade de lidar com as questões do “mundo real”, sobretudo as que envolvem os interesses humanos, e a importância de manejar o que, em princípio, é indomado, a *wilderness*, fez da conservação da biodiversidade uma tarefa complexa. As transformações se acumularam e sobrepuseram, mas uma tênue linha de continuidade persiste: a atribuição de um valor intrínseco para a biodiversidade, baseado mais em uma sensibilidade estética e em um sentimento de empatia pela diversidade da vida do que em um saber científico inquestionável (Franco, 2013, p. 28).

É possível perceber que existe uma relação entre o que a ciência mais recente entende por conservação da biodiversidade e a importância que conservacionistas do passado atribuíram à preservação da *wilderness*. Ainda que existam diferenças e deslocamentos de perspectiva importantes, a ideia de proteger espaços selvagens é convergente com o conceito mais recente de proteção de habitats, de fundamental importância para a sobrevivência de espécies ameaçadas de extinção.

1.4 - Conservação da biodiversidade e turismo

Os biólogos da conservação John Terborgh e Carel van Schaik (2002), em *Por que o Mundo Precisa de Parques*, texto em que discutem a importância das áreas protegidas de uso indireto (aquelas em que não se permite o uso direto dos recursos naturais dentro de seus limites) para a conservação da biodiversidade, defendem o turismo como a melhor maneira de, ao mesmo tempo, gerar renda e proporcionar aos visitantes um conhecimento dos ecossistemas, da fauna e da flora que se quer proteger. Eles argumentam que as áreas protegidas precisam ser efetivamente manejadas para que possam cumprir os seus objetivos. Entendem que os benefícios da conservação superam os do uso direto dos recursos naturais:

No lado benéfico da equação está o valor da biodiversidade conservada. Este valor é perpétuo, o que não pode ser dito de muitas alternativas tais como a retirada de fauna ou de recursos madeireiros. Os benefícios de conservar a natureza são tanto econômicos como intangíveis. Os benefícios econômicos principais derivam do turismo e de serviços prestados pelo ecossistema – os ganhos das populações locais com suprimento estável de água limpa, ar puro e ciclagem geoquímica natural. Os economistas estão aprendendo como calcular estes benefícios e descobrindo que esses podem ser substanciais, mesmo quando sujeitos a taxas de descontos (p. 33).

Terborgh e Schaik (2002) chamam a atenção para o fato de que é a proximidade com a natureza selvagem que garante uma maior consciência sobre a importância da sua conservação:

Os benefícios fundamentais derivados da conservação da natureza são intangíveis, relacionados com recreação, bem-estar físico e o valor intrínseco da própria natureza. Estes são valores que trazem milhões de visitantes para os parques nacionais dos Estados Unidos a cada ano. Acreditamos que existam valores permanentes relacionados ao comportamento destes visitantes, embora sejam também intangíveis. E estes não são intrínsecos a um lugar, mas ao processo de adquirir afinidade pela natureza. É a experiência de visitar os parques, observar a vida selvagem e os cenários espetaculares que cria os aliados... (p 33).

Essa perspectiva, comum a vários biólogos da conservação, não difere do entendimento que tinham John Muir e Aldo Leopold da importância da

visitação das áreas de natureza selvagem. Para eles, era essa proximidade que despertava a empatia e o amor pela *wilderness* e pelos seres que a habitam. O próximo capítulo trata justamente do ecoturismo, o tipo de turismo voltado para a garantia de que a visita de locais de natureza não gere grandes impactos negativos sobre o ambiente e as populações humanas que nele vivem.

Capítulo 2

Nadando contra a corrente: o conceito e a história do ecoturismo

Neste capítulo será discutido o conceito e a história do ecoturismo, os princípios e valores éticos relacionados com a sua prática, o comportamento do turista e os aspectos educacionais. Trata-se de buscar compreender as particularidades do ecoturismo e o papel que ele pode desempenhar no desenvolvimento de uma consciência ampliada da relação dos humanos com o restante da natureza, uma consciência menos centrada no consumo de recursos naturais pelos humanos e mais centrada em um convívio harmonioso com a imensa diversidade biológica do planeta, uma consciência mais ecocêntrica. Sobretudo, trata-se de entender como o ecoturismo pode contribuir para a conservação da biodiversidade.

2.1 - O *Grand Tour* e o aspecto educativo do turismo

O turismo, como o conhecemos hoje, emergiu não faz tanto tempo, embora a presença do viajante seja uma constante na história, nas culturas mais variadas. Os gregos foram um povo de navegadores, e a *Ilíada* e a *Odisseia*, as obras maiores da mitologia grega, tratam de viagens. Na Idade Média, as viagens de comércio e as peregrinações religiosas eram constantes. As grandes navegações da Idade Moderna tornaram o planeta Terra conhecido. Franco (2015) argumenta que “essas viagens guardam em comum com as viagens de turismo a ideia de que o viajante entra em contato com uma realidade nova, antes desconhecida, e volta modificado pela experiência, com uma perspectiva ampliada do mundo” (p. 165).

O precursor do turismo atual foi o *Grand Tour*, que se desenvolveu na Europa, nos séculos XVII e XVIII. No começo, a aristocracia inglesa enviava os seus filhos jovens, acompanhados de tutores, para viagens ao continente europeu, que duravam em média três anos, com o objetivo de aprender sobre a cultura clássica e amadurecer para desempenhar as funções que os aguardavam na vida adulta. O costume se difundiu pelas elites europeias, os destinos se tornaram mais variados, com viagens pelos outros continentes.

As viagens eram um empreendimento científico e filosófico, que permitiam ao viajante fazer comparações e estabelecer um código de conduta baseado em valores mais universais que aqueles engendrados no contato unicamente com os costumes do local de origem. Essa forma de aprendizado se tornou um complemento indispensável à educação formal dos dirigentes civis e militares, dos intelectuais e dos artistas europeus (Franco, 2015, p. 165-166).

Viagens de estudo, com o intuito de conhecer a natureza dos diversos continentes e ilhas também se tornaram constantes, com os viajantes naturalistas, figuras como Humboldt e Darwin. Tratava-se de explorar um novo mundo que se descortinava para os europeus, uma natureza nova e povos desconhecidos (Franco, 2015).

Flávia Roberta Costa (2009), em seu livro sobre patrimônio cultural, descreve a experiência do pensador e escritor alemão J.W. Goethe, um dos expoentes do romantismo, durante quatro meses, no ano de 1786, à Itália. A viagem se inseria na tradição do *Grand Tour*, e foi uma viagem “contemplativa”, para terras estranhas, que provocou mudanças profundas no viajante. A viagem de Goethe fez com que ele tivesse de aprender coisas novas e tivesse de reaprender, modificou e ampliou a sua visão de mundo.

A experiência de aprender, de ampliar a consciência sobre o mundo, é o que Costa (2009) ressalta quando compara o *Grand Tour* com o turismo de massa que se desenvolveu na contemporaneidade. Ela chama a atenção para a importância de se resgatar esse aspecto do turismo como forma de aprendizado para garantir a conservação do patrimônio cultural e para tornar mais rica a experiência do turista. Vale ressaltar que essa perspectiva se adequa perfeitamente, também, à análise do patrimônio natural.

2.2 - O turismo de massa e a emergência do ecoturismo

Franco (2015) argumenta que as destinações turísticas envolvem localizações ou de grande beleza natural ou com atrativos culturais relevantes. Assim, os patrimônios naturais e culturais estão na base dos atrativos turísticos:

[...] Para que um atrativo seja interessante, há que haver aspectos naturais relevantes que destaquem a beleza e/ou a sublimidade daquilo que não é obra da mão do homem – fauna, flora, praias, rios, cachoeiras, paisagens deslumbrantes – ou, ao contrário, aspectos culturais que ponham em evidência a genialidade do artefato humano – arquitetura, urbanismo e cultura imaterial. Existem também aqueles atrativos que misturam natureza e cultura – jardins e terras cultivadas (p. 165).

A valorização dos patrimônios cultural e natural envolve aspectos relacionados com valores materiais e imateriais - éticos, estéticos, econômicos, políticos, identitários e científicos.

Desse modo, a atividade turística pode congrega tipos diferentes de valorização do patrimônio cultural, desde aspectos mais instrumentais, como o valor econômico, até aspectos mais abstratos, como o valor estético e o valor relacionado com as experiências vividas. A perpetuação do patrimônio cultural irá depender da sua visitaçã, do seu conhecimento e da admiraçã que desperta, e sobretudo da capacidade de percebê-lo como dotado de um valor transcendente, apoiado na história e na sociedade (Franco, 2015, p. 168).

O mesmo se pode dizer do patrimônio natural, que dependeu de uma mudança de perspectiva, especialmente no que diz respeito à natureza mais selvagem e indomada, para que começasse a ser valorizado:

A valorização do patrimônio natural dependeu de uma inversão da percepção em relação a sua face mais selvagem, a *wilderness*. O conceito de *wilderness* não tem uma tradução exata para o português, mas o mais próximo é a noção de sertão, um lugar em que a presença humana é pouco perceptível, onde há espaços “desertos” e/ou desertados pela civilização, e onde predomina a natureza em toda a sua “selvageria”, ou onde os habitantes humanos vivem em intimidade com o “mundo selvagem”. No imaginário a *wilderness* sempre esteve associada a locais demoníacos, como o deserto onde Cristo foi tentado, nos quais as amarras que prendiam os humanos à civilização se afrouxavam e prevaleciam os instintos e desejos mais “selvagens”. A natureza que se valorizava era a da Arcádia, pastoril e antropizada, ou a natureza geométrica do classicismo – como os jardins do Palácio de Versalles, na França.

Foi a partir de fins do século XVIII e do início do século XIX, com os românticos, que a *wilderness* passou a ser valorada positivamente, o que inverteu uma tendência civilizacional fundadora. A natureza selvagem começava a ser admirada pelas

suas características pitorescas, de beleza e sublimidade. As florestas, os grandes desertos, as montanhas, a vastidão das pradarias, os rios e o mar passaram a representar uma natureza transcendental a ser admirada, que estava além do artefato humano. Deus ou um processo evolutivo (a partir do momento em que Charles Darwin e Alfred Russel Wallace lançaram a teoria da evolução) com duração de bilhões de anos eram as forças responsáveis por e refletidas nas paisagens naturais. Passava-se do negativo ao positivo, do demoníaco para o divino, da ausência de civilização ao interesse científico e à apreciação estética (Franco, 2015, p. 168-169).

As viagens de turismo, portanto, envolvem as diversas facetas do processo de valorização dos patrimônios culturais e naturais. Elas são, ao mesmo tempo, a esperança de conservação desses patrimônios e um risco, implicam em impactos, tanto positivos como negativos. A visitação e o maior conhecimento dos patrimônios culturais e naturais pelo planeta resultam na sua valorização, mas o excesso de visitação e o tratamento deles como simples mercadorias têm como consequência a sua descaracterização e, muitas vezes, a sua destruição.

Foi justamente com o desenvolvimento do turismo moderno, contemporâneo do transporte a vapor (navios e trens), a partir do século XIX, que se intensificaram as viagens com o intuito de conhecer e usufruir da natureza e da cultura de destinações mais variadas e distantes. Os deslocamentos se tornaram mais rápidos e mais confiáveis. As viagens de turismo, já comuns para as elites, se difundiram entre as classes médias (Costa, 2009; Franco, 2015).

O contínuo avanço dos meios de transporte, especialmente com a popularização do avião, a ampliação da rede hoteleira e a montagem dos pacotes turísticos difundiram ainda mais a prática do turismo, a partir dos anos 1950. A década de 1970 iniciou o *boom* do turismo massificado, que foi se tornando cada vez mais impactante, chegando ao ponto de receber a denominação de turismo “predador” (Costa, 2009; Franco, 2015).

Nas décadas de 1980 e 1990, as críticas ao turismo de massa e aos seus impactos negativos sobre os patrimônios culturais e naturais fizeram surgir modelos de turismo que se opunham à standardização imposta pelos pacotes tradicionais e pela massificação. Houve uma busca de alternativas com o intuito de se desenvolver modelos de turismo comprometidos com a

promoção da sustentabilidade e com a conservação dos patrimônios culturais e naturais presentes nas destinações visitadas (Costa, 2009; Franco, 2015).

O ecoturismo surgiu como uma das alternativas ao turismo de massa, na contracorrente de um viés mercantilista e consumista que havia se tornado predominante. Martha Honey (2008), em seu livro *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise*, chama a atenção para o fato de que o rápido crescimento do turismo de natureza foi devido ao incremento dos transportes modernos, que facilitaram a acessibilidade a destinações antes consideradas remotas. O crescimento do número de pessoas nessas destinações, que se tornaram populares, resultou em danos consideráveis:

Afastados pelas condições superlotadas e desagradáveis e estimulados por rotas aéreas relativamente acessíveis e abundantes, um número crescente de amantes da natureza começou a procurar serenidade e beleza intocada. Entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980, um novo campo conhecido como ecoturismo gradualmente se formou. A definição costuma ser vaga: a indústria de viagens normalmente classifica o ecoturismo como turismo de natureza ou turismo de aventura; é frequentemente chamado de turismo “responsável”, “sustentável”, “verde” ou “de baixo impacto” e, nos anos 2000, novos termos como “turismo favorável aos pobres” e “geoturismo” estavam complicando o cenário e confundindo o público. A confusão sobre a definição de ecoturismo deve-se em parte a suas raízes históricas, que, em termos gerais, podem ser traçadas a partir de quatro fontes: (1) organizações científicas, de conservação e não-governamentais (ONGs); (2) instituições de ajuda multilateral; (3) países em desenvolvimento; e (4) a indústria de viagens e os próprios viajantes. Quase simultaneamente, mas por razões diferentes, os princípios e práticas do ecoturismo começaram a tomar forma nessas quatro áreas e, no início dos anos 90, o conceito havia se fundido em um novo gênero de viagens ambientalmente e socialmente responsáveis (Honey, 2008, p. 12-13, tradução livre do autor).

Assim, foi o próprio turismo de natureza, transformado em um turismo de massa, pelo seu excesso de fluxo de pessoas e infraestruturas de apoio, descaracterizando as destinações antes marcadas por uma natureza mais selvagem, que acabou levando a uma preocupação com os impactos negativos sobre o ambiente natural e sobre as populações locais, o que resultou no surgimento do ecoturismo como alternativa. Houve questionamentos sobre as vantagens e desvantagens da atividade turística e sobre o papel que o turismo poderia representar para a economia de determinadas regiões geográficas.

Como consequência, o conceito de ecoturismo começou a ser formulado como uma estratégia capaz de unir a conservação da natureza com o desenvolvimento econômico e social local.

2.3 - O conceito de ecoturismo e suas implicações éticas

A Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES) – primeira organização mundial dedicada ao ecoturismo – cunhou, em 1990, uma definição sintética e abrangente de ecoturismo: “Viagem responsável para áreas naturais, que conserva o ambiente e promove o bem-estar das comunidades locais”. O ecoturismo é frequentemente confundido com o turismo de natureza, de observação de fauna selvagem ou o de aventura. De fato, o ecoturismo deve ser visto como distinto desses outros tipos. O turismo de natureza envolve viagens para experimentar e apreciar a natureza, com caminhadas, ciclismo, vela e *camping*. O turismo de observação de fauna selvagem envolve viagens para observar animais selvagens em seus habitats nativos. O turismo de aventura é um turismo de natureza que requer habilidades físicas e resistência, e envolve um certo risco. O ecoturismo, por sua vez, é definido por um conjunto de princípios que incluem seus benefícios para a conservação da natureza e para as comunidades locais, ainda que ele possa reunir todas as atividades recreativas relacionadas com os outros três tipos (HONEY, 2008).

Honey (2008) esclarece que "o verdadeiro ecoturismo" é mais do que viajar para apreciar a natureza". Ele também inclui a minimização de impactos ambientais e culturais negativos, contribuições para a conservação e projetos comunitários nos países em desenvolvimento, educação ambiental e ampliação da consciência política, e o estabelecimento de códigos de conduta para os viajantes, bem como uma ampla variedade de programas de certificação para componentes do setor de viagens.

Sônia Kinker (2002), no livro *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*, argumenta que:

A palavra “ecoturismo” não trouxe como novidade a viagem à natureza, pois esse tipo de atividade já tem adeptos há muito tempo. Os visitantes, que há mais de um século lotavam os primeiros Parques Nacionais americanos, são bons exemplos disso. O que o caracteriza não é seu grau de especialização, o quanto é considerado inóspito o ambiente visitado ou a

resistência física do turista. O que o diferencia dos demais segmentos do turismo de natureza é a aplicação de princípios e valores éticos [...], o comportamento do turista, o conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e o aspecto educacional (p. 19).

Kinker (2002) chama a atenção para o fato de que há várias definições para o ecoturismo e para o fato de que o conceito foi evoluindo no sentido de tornar os seres humanos cada vez mais responsáveis pelo ambiente que visitam. Ela sugere, para se ter uma ideia mais clara da evolução do conceito de ecoturismo, que imaginemos uma linha contínua, em que em um extremo fica a pouca responsabilidade dos humanos pelos ambientes natural e cultural, e no outro extremo os humanos têm uma grande responsabilidade para com os ambientes natural e cultural, respeitando a natureza e aprendendo com as diferentes culturas. No primeiro caso, qualquer tipo de turismo resultará em grande impacto negativo e o seu ciclo de vida será curto, não haverá sustentabilidade e, por consequência, não haverá ecoturismo. No segundo caso, o turismo gera mínimo impacto negativo, conservação dos ambientes natural e cultural e desenvolvimento sustentável, podendo então ser chamado de ecoturismo.

Ao considerar a definição apresentada, em 1988, por Ceballos-Lascuráin, segundo a qual ecoturismo “é a viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente”, Kinker (2002) a posiciona, na linha de evolução do ecoturismo, perto do extremo de pouca responsabilidade, em que o turista é apenas um observador e tem uma posição passiva em relação à natureza. Já outras definições sugeriam uma posição mais ativa do turista, como a de Zieffer, de 1989, para quem “o ecoturista usa os recursos naturais indiretamente e contribui com a conservação da área visitada através de doações ou trabalho”; a da *The Ecotourism Society*, de 1993, na qual “o ecoturismo é a viagem responsável que conserva o meio ambiente e melhora a qualidade de vida da população local”, ou ainda a da IUCN, de 1996, que classificava o ecoturismo como “viagem ambientalmente responsável e visita a áreas relativamente preservadas, com o objetivo de lazer e de apreciar a natureza e todas as manifestações culturais do presente e passado, promovendo a conservação,

com mínimo impacto, e propiciando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais”. Para Kinker (2002), essas definições se aproximam mais da extremidade de maior responsabilidade na linha da evolução.

Ainda assim, nenhuma dessas definições menciona o aspecto educacional do ecoturismo nem a questão da sensibilização ambiental do turista pela vivência em ambientes naturais mais preservados. Esse seria, segundo Kinker (2002), um ponto fundamental a ser explorado. Essa dimensão se encontra presente na definição da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), que parte de três pontos principais: a conservação dos ambientes visitados; o desenvolvimento sustentável, levando à melhoria da qualidade de vida das populações do entorno e a uma valorização do ambiente natural conservado; e a sensibilização do turista, que pode levar à formação de uma consciência ambientalista. Segundo a Embratur, ecoturismo é “a atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Embratur/Ibama, 1994).

Kinker (2002) argumenta ainda, em relação as definições de ecoturismo, que:

[...] o grande número e a variedade de interpretações mudam de acordo com os interesses dos envolvidos no desenvolvimento da atividade. Portanto, nem sempre conservacionistas, governos, operadores de turismo e comunidade local adotam a mesma definição, o que repercute nas práticas adotadas pelos segmentos. Em razão disso, é necessário enfatizar que, qualquer que seja a definição de ecoturismo adotada, deve haver um componente normativo. O ecoturismo deve seguir princípios (código de ética) e oferecer um lazer dirigido, para minimizar os impactos negativos potenciais e maximizar os positivos. Isso significa *compromisso*. O ecoturismo tem um compromisso com a conservação da área e com o envolvimento da comunidade visitada.

O ecoturismo implica, desse modo, uma reflexão ética e, no seu melhor, uma postura ativa dos envolvidos com a atividade turística – turistas, promotores do turismo e comunidades locais – e uma consciência ampliada do ambiente natural e cultural. Trata-se, mais do que simplesmente visita a

lugares de natureza, de uma atividade de educação ambiental, na qual todos têm a aprender e a ensinar.

2.4 - Ecoturismo, educação ambiental e conservação da biodiversidade

Sem uma definição uniforme, padrões claros e programas de certificação reconhecidos globalmente, o ecoturismo tem sido, muitas vezes, um rótulo utilizado para descrever qualquer tipo de turismo relacionado com a natureza e para fugir da caracterização como turismo de massa. A partir do início dos anos 1990 e crescendo no novo milênio, o ecoturismo se tornou um novo tópico na imprensa sobre viagens e meio ambiente e, gradualmente, até na mídia convencional o ecoturismo surgiu como uma alternativa, um lema universal para a conservação e como exemplo de sustentabilidade. O prefixo tranquilizador deu às mais variadas formas de turismo na natureza legitimidade e reconhecimento. O rótulo foi adotado rapidamente como uma palavra de ordem e trouxe consigo muitas promessas. O ecoturismo e a biodiversidade foram popularizados por uma mídia e um *trade* turístico ansiosos por um novo jargão evocativo e consolador. No entanto, as práticas relacionadas com os conceitos de ecoturismo que envolviam uma reflexão e um posicionamento ético mais aprofundados não foram adotados na mesma medida (Honey, 2008).

Honey (2008) explica que muitos termos foram associados ao ecoturismo, gerando confusão. Eles incluem a ideia de turismo a favor dos pobres, geoturismo, turismo responsável, turismo sustentável entre outros. Termos competitivos e falta de definição precisa, combinados com as diversas raízes e múltiplos atores do ecoturismo, ajudaram a produzir o que são hoje duas correntes conflitantes dentro do ecoturismo: um ecoturismo genuíno, para colocar em prática as múltiplas promessas do ecoturismo, e o ecoturismo apenas como fachada, sem fazer mudanças fundamentais nas práticas de turismo de massa. No caso do ecoturismo genuíno, o objetivo implicaria em ir além de simplesmente ser um novo nicho nas viagens pela natureza. Ele deve se tornar um veículo para transformar significativamente a maneira como o turismo é realizado. Para ilustrar as dificuldades na implementação das práticas relacionadas ao ecoturismo genuíno, Honey (2008) conta a seguinte história:

A primeira trajetória, própria do ecoturismo, está encapsulada na definição de ecoturismo da TIES, [...] como “viagens responsáveis para áreas naturais, que conservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar da população local”. Costas Christ, um dos fundadores da TIES, lembrou quando, em 1991, ele, David Western e outros especialistas em turismo e conservação de todo o mundo se reuniram e chegaram a essa definição de trabalho. “Depois”, disse Christ, em uma entrevista de 1998, “nos entreolhamos e dissemos: ‘Ok, quem de nós está realmente fazendo o que acabamos de definir?’ Ninguém falou”. Entendida corretamente, a ênfase no ecoturismo é sobre um conjunto de princípios e como colocá-los em prática, sobre o que significa o ecoturismo e como esses padrões estão sendo implementados. “Estávamos todos alcançando vários aspectos da definição”, disse Christ, “mas nenhum de nós [...] estava atingindo em nossas práticas tudo o que significa ecoturismo” (p. 28-29, tradução livre do autor).

Para Honey (2008), o ecoturismo assim descrito, apesar de sua relativa incipiência, desencadeou muita experimentação e criatividade entre operadores turísticos, agências de viagens, construtores e proprietários de hotéis, gestores de áreas protegidas e guias de turismo, cientistas, ambientalistas, ONGs e ativistas comunitários. Também gerou dezenas de programas de certificação “verdes”, projetados para medir o impacto ambiental e social das empresas de turismo. Com base nessas iniciativas sólidas, ela propôs expandir a definição básica do TIES para o ecoturismo “real”, por intermédio das seguintes sete características:

- Envolve viagens para destinos naturais. Esses destinos geralmente são áreas remotas, sejam habitadas ou desabitadas, e geralmente estão sob algum tipo de proteção ambiental nos níveis nacional, internacional, comunitário ou privado.
- Minimiza o impacto. O turismo causa danos. O ecoturismo se esforça para minimizar os efeitos adversos de hotéis, trilhas e outras infraestruturas, usando materiais de construção locais reciclados ou abundantemente disponíveis, fontes renováveis de energia, reciclagem e destinação segura de resíduos e lixo, e projetos arquitetônicos sensíveis ao ambiente. A minimização do impacto também exige que os números e o modo de comportamento dos turistas sejam regulados para garantir danos limitados ao ecossistema [...].
- Estimula a consciência ambiental. Ecoturismo significa educação para turistas e moradores de comunidades próximas. Bem antes do início da viagem, os operadores turísticos devem fornecer aos viajantes material de leitura sobre a destinação, o ambiente e a população local, bem como um código de conduta

para o viajante e para a própria indústria. Essas informações ajudam a preparar o turista, como afirmam as diretrizes da TIES, "para aprender sobre os lugares e pessoas a serem visitados" e "minimizar seus impactos negativos ao visitar ambientes e culturas sensíveis". Essencial para um bom ecoturismo são naturalistas multilíngues e bem treinados. Guias com habilidades em história natural e cultural, interpretação ambiental, princípios éticos e comunicação eficaz. Os projetos de ecoturismo também devem ajudar a educar os membros das comunidades do entorno, crianças em idade escolar e o público em geral na localidade anfitriã. Para fazer isso, eles devem oferecer taxas de entrada e hospedagem muito reduzidas para as pessoas do país visitado e viagens educacionais gratuitas para estudantes locais e aqueles que moram perto da atração turística.

- Oferece benefícios financeiros diretos para a conservação. O ecoturismo ajuda a arrecadar fundos para proteção ambiental, pesquisa e educação por meio de uma variedade de mecanismos, incluindo taxas de entrada nos parques; taxas de empresa de turismo, hotel, companhia aérea e aeroporto; e contribuições voluntárias [...].

- Oferece benefícios financeiros e capacitação para as pessoas das localidades visitadas. O ecoturismo afirma que os parques nacionais e outras áreas de conservação sobreviverão apenas se, como afirma o ecologista Daniel Janzen, da Costa Rica, houver "pessoas felizes" em todo o perímetro. A comunidade local deve estar envolvida e receber renda e outros benefícios tangíveis (água potável, estradas, clínicas de saúde etc.) da área de conservação e de suas instalações turísticas. Parques de campismo, pousadas, serviços de guia, restaurantes e outras concessões devem ser administrados por ou em parceria com comunidades do entorno de parques nacionais ou outros destinos turísticos. O ecoturismo promove o uso de agências de turismo e aluguel de carros, hotéis, companhias aéreas e outras empresas relacionadas, pertencentes a nacionais de países anfitriões, de modo que os lucros tenham maior probabilidade de permanecer nos países em desenvolvimento. Mais importante, se o ecoturismo deve ser visto como uma ferramenta para o desenvolvimento rural, também deve ajudar a mudar o controle econômico e político em favor da comunidade local, vila, cooperativa ou empresário. Esse [...] é o princípio mais difícil e demorado da equação do ecoturismo, aquele que os operadores estrangeiros e os "parceiros" costumam deixar cair pelas brechas ou que seguem apenas parcialmente ou formalmente.

- Respeita a cultura local. O ecoturismo não é apenas "mais verde", mas também menos culturalmente invasivo e explorador do que o turismo convencional. Enquanto a prostituição, o mercado negro e as drogas geralmente são subprodutos do turismo de massa, o ecoturismo se esforça para ser respeitoso culturalmente e ter um efeito mínimo no ambiente natural e na população humana da localidade anfitriã. Isso não é fácil, especialmente porque o ecoturismo geralmente envolve viagens para áreas remotas, onde comunidades pequenas e isoladas

têm pouca experiência em interagir com estrangeiros. E, como o turismo convencional, o ecoturismo envolve uma relação desigual de poder entre o visitante e o anfitrião e uma mercantilização da relação por meio da troca de dinheiro. Parte de ser um ecoturista responsável é aprender de antemão os costumes locais, respeitar os códigos de vestuário e outras normas sociais, e não se intrometer na comunidade, a menos que seja convidado, individualmente ou como parte de excursões bem organizadas.

- Apoia direitos humanos e movimentos democráticos. A Organização Mundial do Turismo, patrocinada pelas Nações Unidas, proclama que o turismo contribui para o “entendimento internacional, paz, prosperidade e respeito universal, e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos”. Esses sentimentos, no entanto, são pouco refletidos no turismo de massa convencional. Embora o turismo seja frequentemente aclamado como uma ferramenta para a construção da compreensão internacional e da paz mundial, isso não acontece automaticamente; frequentemente, de fato, o turismo reforça as economias de estados repressivos e antidemocráticos. O turismo de massa normalmente não presta atenção ao sistema político do país anfitrião ou luta contra ele, a menos que a agitação civil se transforme em ataques a turistas (p. 29 a 31, tradução livre do autor).

Outros pesquisadores que chamam a atenção para a necessidade de se diferenciar o “ecoturismo real”, que eles chamam de *Deep Ecotourism*, do ecoturismo de fachada, que eles chamam de *Shallow Ecotourism*, são os autores do artigo *An Evaluation of Deep Ecotourism and Shallow Ecotourism*, T.G. Acott, H.L. La Trobe & S.H. Howard (1998). Eles também adotam uma lista de princípios para caracterizar o que seria o *Deep Ecotourism*:

- Deve ser consistente com uma ética ambiental positiva, incentivando um comportamento preferencial.
- Não denegrir o recurso. Não há erosão da integridade dos recursos.
- Concentra-se em valores intrínsecos ao invés de extrínsecos.
- É filosofia biocêntrica, e não homocêntrica, em que um ecoturista aceita a natureza amplamente em seus termos, em vez de transformar significativamente o ambiente para conveniência pessoal.
- O ecoturismo deve beneficiar os recursos. O ambiente deve experimentar um benefício líquido da atividade, embora muitas vezes ocorram benefícios sociais, econômicos, políticos ou científicos.
- É uma experiência em primeira mão com o ambiente natural.
- No ecoturismo, existe uma expectativa de gratificação, medida na apreciação e na educação, não na busca de adrenalina ou na realização física. Esses últimos elementos são consistentes com

o turismo de aventura, a outra divisão do turismo em ambiente natural (natureza selvagem).

- Existem intensas dimensões cognitivas (informativas) e afetivas (emocionais) na experiência, exigindo um alto nível de preparação de líderes e participantes (p. 240, tradução livre do autor).

Assim, o ecoturismo implica em uma perspectiva mais ampla da viagem, na qual os participantes se esforçam por respeitar, aprender e beneficiar o ambiente natural e as comunidades locais. Os ecoturistas responsáveis devem, portanto, avaliar cuidadosamente as consequências de suas viagens, tanto para os ecossistemas como no que diz respeito às normas culturais e aos movimentos de democratização e direitos humanos. Honey (2008) acaba por fornecer uma ampla definição de ecoturismo:

Devidamente definido, então, o ecoturismo é a viagem para áreas frágeis, intocadas e geralmente protegidas, que se esforça para ter baixo impacto e (geralmente) pequena escala. Ajuda a educar o viajante, fornece fundos para a conservação, beneficia diretamente o desenvolvimento econômico e o empoderamento político das comunidades locais e promove o respeito pelas diferentes culturas e pelos direitos humanos (p. 32-33, tradução livre do autor).

Ela argumenta que:

O desafio a longo prazo é encontrar maneiras de manter o rigor e as qualidades multidimensionais do ecoturismo, ampliando-o para além dos projetos individuais e integrando-o ao conceito de turismo em geral. Como os princípios do ecoturismo podem ser usados para reestruturar o turismo convencional e trazer mudanças fundamentais, e não superficiais, à maneira como o turismo de massa funciona? Em muitos setores, a tendência oposta é dominante: os princípios subjacentes ao ecoturismo estão sendo “esverdeados” por uma retórica superficial e agradável e pequenas modificações de economia de custos que não transformam o turismo em uma ferramenta que protege o meio ambiente, beneficia as comunidades locais e educa o turista (p. 33, tradução livre do autor).

Ainda que os princípios e práticas relacionados com o que seria um ecoturismo genuíno, na maioria das vezes, não estejam sendo seguidos na íntegra, as potencialidades são expressivas. O ecoturismo pode e deve desempenhar um papel importante na conservação da biodiversidade e da

sociodiversidade do planeta Terra. Ele traz recursos econômicos significativos e ajuda a criar uma consciência ampliada da importância da conservação dos mais variados patrimônios naturais e culturais. O ecoturismo possibilita ao viajante conhecer, admirar e aprender sobre espaços naturais e culturais que antes lhe eram estranhos. É esse tipo de experiência profunda, que envolve a compreensão do outro e o autoconhecimento, que permite ir além dos benefícios econômicos e refletir sobre os princípios éticos e filosóficos mais amplos que podem ser relacionados com o ecoturismo.

Capítulo 3

O Ecoturismo e a *Deep Ecology*: uma reflexão sobre princípios éticos

O ecoturismo é definido de várias maneiras entre os ambientalistas e na literatura sobre o turismo. Em vez de oferecer uma nova definição de ecoturismo, o objetivo deste último capítulo é fazer uma reflexão sobre o ecoturismo, baseado em conceitos apresentados na *Deep Ecology*. Trata-se de resgatar a ideia de se atribuir um valor intrínseco à natureza, presente em conservacionistas como Thoreau, Muir e Aldo Leopold, e na própria definição da ciência da biologia da conservação, estudados no primeiro capítulo. A intenção é ampliar a compreensão sobre as possibilidades de relacionamento entre os humanos e o mundo natural, e aprofundar as considerações éticas presentes nas definições de ecoturismo.

3.1 - A *Deep Ecology* ou Ecologia Profunda

O filósofo J. Baird Callicott (In: GROOM, MEFFE and CARROL, 2006) explica a distinção entre valor instrumental e valor intrínseco, e entre uma ética antropocêntrica e uma ética ecocêntrica da seguinte maneira:

Filósofos ambientais costumemente dividem o valor em dois tipos principais, expressados por pares alternativos de termos: instrumental ou utilitário como oposto a intrínseco ou inerente. Valor instrumental ou utilitário é o valor que alguma coisa tem como meio para a realização de um fim que lhe é alheio. Valor intrínseco ou inerente é o valor que alguma coisa tem como um fim em si mesmo. O valor intrínseco dos seres humanos é raramente contestado. Já o valor intrínseco das entidades naturais não humanas e da natureza como um todo tem sido objeto de muita controvérsia. Talvez porque a sugestão de que as entidades naturais não humanas e a natureza como um todo possam ter um valor intrínseco seja tão nova e controversa, alguns proeminentes conservacionistas (e.g., Myers 1983) têm preferido providenciar uma justificativa puramente racional para a conservação da biodiversidade. A visão de que a biodiversidade tem valor apenas como um meio para satisfazer fins humanos é chamada de antropocêntrica (centrada nos humanos). Por outro lado, a visão de que a biodiversidade tem valor simplesmente porque ela existe, independentemente de sua utilidade para os seres humanos, é chamada de biocêntrica ou ecocêntrica (p. 111, tradução livre do autor).

A *Deep Ecology* surgiu, no início dos anos 1970, a partir das reflexões do filósofo norueguês Arne Naess (1912-2009). A sua ideia era fazer uma

distinção clara entre motivações relacionadas com a conservação da natureza baseadas fundamentalmente em valores instrumentais e em uma ética antropocêntrica, por ele chamada de *Shallow Ecology* ou Ecologia Rasa, e motivações relacionadas com a conservação da natureza baseadas na atribuição de um valor intrínseco à natureza, e em uma ética ecocêntrica, que ele nomeou de *Deep Ecology* ou Ecologia Profunda (Capra, 2001).

Naess foi professor de filosofia na Universidade de Oslo, entre 1939 e 1969, quando se aposentou. Apesar de aposentado, ele continuou seu trabalho intelectual, com o intuito de desenvolver uma filosofia ecológica pessoal, que ele chamou de Ecosophy T. Os seus esforços resultaram na publicação do livro *Ecology, Community and Lifestyle: Outline of an Ecosophy*, publicado em 1989 nos EUA. Além de filósofo, Naess era um montanhista conhecido por suas proezas e um amante das caminhadas junto à natureza selvagem. O próprio nome Ecosophy T tem o T derivado do monte Tvergastein, na Noruega, onde ele tinha uma cabana em que costumava se refugiar. Gostava de viajar e visitou muitos lugares, nos quais fez escaladas e caminhadas através das mais diversas paisagens naturais. Foi um ativista pela natureza e pelos direitos humanos e professava a não violência de Ghandi (Drengson & Inoue, 2005; Devall & Sessions, 2007).

No ano de 1973, Naess publicou o sumário de uma palestra proferida, em 1972, na Third World Future Research Conference, com o título de *The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement: A Summary*. Foi nesse texto que ele introduziu o termo *Deep Ecology Movement* e apresentou as suas características básicas (Devall & Sessions, 2007, Drengson & Inoue, 2005; Sessions, 1995). Ele argumentava que a preocupação com a poluição e o esgotamento de recursos naturais devia ser apenas uma parte de políticas ecologicamente responsáveis. Existiam questões mais profundas, que tocavam em princípios relacionados com diversidade, complexidade, autonomia, descentralização, simbiose, igualitarismo e ausência de classes. Naess louvava o surgimento de um movimento ecológico, mas entendia que ele estava dividido em dois, um movimento caracterizado por uma perspectiva rasa (*shallow*), predominante, e um movimento mais profundo (*deep*), menos influente, e que clamava por maior atenção. Ele buscou caracterizar os dois movimentos:

1. O movimento da Ecologia Rasa [*Shallow Ecology movement*]: Luta contra a poluição e o esgotamento de recursos. Objetivo central: a saúde e a riqueza das pessoas nos países desenvolvidos.

2. O movimento da Ecologia Profunda [*Deep Ecology movement*]:

(1) Rejeição da imagem do homem-no-ambiente em favor da imagem relacional de campo total. Organismos entendidos como nós na rede biosférica ou como campo de relações intrínsecas. Uma relação intrínseca entre duas coisas, A e B, é tal que a relação pertence às definições ou constituições básicas de A e B, de modo que, sem a relação, A e B não são mais as mesmas coisas [...].

(2) Igualitarismo biosférico - em princípio. A cláusula "em princípio" é inserida porque qualquer práxis realista implica em alguma matança, exploração ou supressão. O trabalhador de campo ecológico adquire um profundo respeito, ou até veneração, por todos os modos e formas de vida. Ele alcança um entendimento a partir de dentro, um tipo de entendimento que outros reservam apenas para seus companheiros humanos e para uma parcela estreita de modos e formas de vida. Para o trabalhador de campo ecológico, o direito igual de viver e *florescer* é um axioma de valor intuitivamente claro e óbvio. Sua restrição aos seres humanos é um antropocentrismo com efeitos negativos sobre a qualidade de vida dos próprios seres humanos. Essa qualidade depende em parte do profundo prazer e satisfação que recebemos de uma estreita parceria com outras formas de vida. A tentativa de ignorar nossa dependência e de estabelecer um papel de mestre-escravo contribuiu para a alienação do homem de si mesmo.

[...]

(3) Princípios de diversidade e simbiose. A diversidade aumenta as potencialidades de sobrevivência, as chances de novos modos de vida, a riqueza de formas. E a tão propalada luta pela vida e a sobrevivência do mais apto, deve ser interpretada no sentido da coexistência e cooperação em relacionamentos complexos, em vez de capacidade de matar, explorar e suprimir. 'viva e deixe viver' é um princípio ecológico mais poderoso do que "você ou eu".

Este último tende a reduzir a multiplicidade de tipos de formas de vida e a gerar destruição nas comunidades dentro da mesma espécie. Atitudes ecologicamente inspiradas favorecem a diversidade de modos de vida humanos, de culturas, de ocupações, de economias. Elas apoiam a luta contra a dominação econômica e cultural, bem como contra invasões militares, e elas se opõem à aniquilação de focas e baleias tanto quanto as de tribos ou culturas humanas.

(4) Postura anticlasse. A diversidade de modos de vida humanos se deve em parte à exploração e supressão (intencional ou não) por parte de certos grupos. O explorador vive diferente do explorado, mas ambos são afetados negativamente em suas

potencialidades de autorrealização. O princípio da diversidade não abrange diferenças devidas meramente a certas atitudes ou comportamentos forçosamente bloqueados ou restringidos. Os princípios do igualitarismo ecológico e da simbiose apoiam a mesma postura anticlasse. A atitude ecológica favorece a extensão de todos os três princípios para qualquer conflito de grupo, incluindo os de hoje entre nações em desenvolvimento e desenvolvidas. Os três princípios também aconselham extrema cautela em relação a quaisquer planos gerais para o futuro, exceto aqueles consistentes com a ampla e crescente diversidade, porém sem classes sociais.

(5) Luta contra a poluição e o esgotamento de recursos. Nesta luta, os ecologistas encontraram apoiadores poderosos, mas às vezes em detrimento de um posicionamento mais amplo. Isso acontece quando a atenção está focada na poluição e no esgotamento de recursos mais do que em outros pontos, ou quando projetos são implementados para reduzir a poluição e aumentam males de outros tipos. Assim, se os preços das necessidades de vida aumentam devido à instalação de dispositivos antipoluição, as diferenças de classe também aumentam. Uma ética da responsabilidade implica em que os ecologistas sirvam não ao movimento ecológico raso, mas ao profundo.

[...]

(6) Complexidade, não complicação. A teoria dos ecossistemas contém uma distinção importante entre o que é complicado, sem qualquer “*Gestalt*” ou princípios unificadores, [...] e o que é complexo. [...] Organismos, formas de vida e interações na biosfera, em geral, exibem complexidade em um nível surpreendentemente alto para colorir as perspectivas gerais dos ecologistas. Essa complexidade torna inevitável o pensamento em termos de vastos sistemas. Também contribui para uma percepção aguçada e constante da profunda ignorância do ser humano no que diz respeito às relações presentes na biosfera e, portanto, do efeito de perturbações. Aplicado aos seres humanos, o princípio da complexidade-não-complicação favorece a divisão do trabalho, não a fragmentação do trabalho. Favorece ações integradas nas quais toda a pessoa é ativa, não meras reações. Favorece economias complexas, uma variedade integrada de meios de vida (combinações de atividades industriais e agrícolas, de atividades intelectuais e manuais, de ocupações especializadas e não especializadas, de atividade urbana e não urbana, de trabalho na cidade e recreação na natureza e recreação na cidade e trabalho na natureza ...)

[...]

(7) Autonomia local e descentralização. A vulnerabilidade de uma forma de vida é aproximadamente proporcional ao peso das influências de longe, de fora da região em que essa forma de vida obteve um equilíbrio ecológico completo. Isso apoia nossos esforços para fortalecer o autogoverno local e a autossuficiência material e mental. Mas esses esforços pressupõe um impulso à descentralização.

[...] (Naess in Drengson & Inoue, 2005, p. 3-6, tradução livre do autor).

Naess retomava e se inseria em uma tradição de reflexão sobre as relações entre os humanos e o mundo natural inaugurada por pensadores como Thoreau, Muir, Leopold, Albert Schweitzer (1875-1965), e Rachel Carson (1907-1964). Ele defendia o direito de toda forma de vida de realizar as suas funções ecossistêmicas, ou seja, o direito de “viver” e “florescer”. Os norte-americanos George Sessions, filósofo, e Bill Devall, sociólogo, inspirados por Naess, trouxeram o movimento da *Deep Ecology* para os EUA. Eles defendiam que os rios tinham o direito de serem rios, as montanhas de serem montanhas, os lobos de serem lobos, e os humanos de serem humanos. Tratava-se de direitos iguais para toda a vida no planeta Terra. Tratava-se de um “ecoigualitarismo”. A *Deep Ecology* era biocêntrica ou ecocêntrica em relação ao que era considerado, por Naess, Sessions e Deval, uma ecologia “rasa” (*shallow*), antropocêntrica e instrumental. Os princípios da “ecologia profunda” estavam embasados na atribuição de um valor intrínseco à vida e ao funcionamento dos ecossistemas. A partir dos anos 1980, cientistas, filósofos, artistas e ativistas começaram a defender os pontos de vista da *Deep Ecology*, ou pelo menos do que se pode chamar de ecocentrismo. Entre eles: Gary Snyder, Peter Berg, Raymond Dasmann, Theodore Roszak, Alan Drengson, J. Baird Callicott, David Brower, Dolores LaChapelle, Paul Shepard, Fritjof Capra, Dave Foreman, Holmes Rolston III e Michael Soulé (Franco, 2015; Nash, 1989; Devall & Sessions, 2007; Sessions, 1995).

Devall e Sessions (2007) publicaram, em 1985, o livro *Deep Ecology: Living as if nature mattered*, o primeiro escrito para divulgar os conceitos e princípios do movimento da *Deep Ecology* por autores que não Naess. O livro trouxe uma síntese completa do que era a *Deep Ecology* e de sua relação com o pensamento de Naess e de outros pensadores que enveredaram por uma reflexão ética sobre as relações entre os humanos e o mundo natural, com destaque para a percepção de um valor intrínseco na natureza (Drengson & Inoue, 2005; Devall & Sessions, 2007).

Na primavera de 1984, por ocasião da data de aniversário de John Muir, enquanto acampavam no Parque Nacional do Death Valley, na Califórnia, Sessions e Naess resumiram os conceitos da *Deep Ecology*, resultado de quinze anos de reflexão, em oito princípios básicos, que foram publicados no livro de Devall e Sessions (2007):

1. O bem-estar e o florescimento da vida humana e da não-humana sobre a terra têm valor em si próprios (valor intrínseco, valor inerente). Esses valores são independentes da utilidade do mundo não-humano para os propósitos humanos.
2. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização desses valores e são valores em si mesmos.
3. Os seres humanos não têm nenhum direito de reduzir essa riqueza e diversidade exceto para satisfazer necessidades humanas vitais.
4. A prosperidade da vida humana e das suas culturas é compatível com um substancial decréscimo da população humana. O florescimento da vida não-humana exige essa diminuição.
5. A atual interferência humana no mundo não-humano é excessiva e a situação está piorando aceleradamente.
6. Em conformidade com os princípios anteriores, as políticas precisam ser mudadas. As mudanças políticas afetam as estruturas básicas da economia, da tecnologia e da ideologia. A situação que resultará desta alteração será profundamente diferente da atual.
7. A mudança ideológica ocorrerá, sobretudo, no apreciar da qualidade de vida (manter-se em situações de valor intrínseco), em vez da adesão a padrões de vida mais elevados. Haverá uma consciência profunda da diferença entre o grande (quantidade) e o importante (qualidade).
8. Aqueles que subscrevem os princípios precedentes têm a obrigação de tentar implementar, direta ou indiretamente, as mudanças necessárias (p. 70, tradução livre do autor).

Os oito princípios básicos da *Deep Ecology*, para Naess, Sessions e Devall, funcionam como uma plataforma, dentro de uma estrutura dividida em quatro níveis articulados. O primeiro nível se traduz em uma filosofia pessoal, um tipo de visão de mundo abrangente dos humanos em harmonia com a natureza, chamada por Naess de "ecosofia" ou "*ecowisdom*". No caso de Naess, tratava-se da Ecosofia T. Mas, ecosofias baseadas no Budismo, no Hinduísmo ou mesmo no Cristianismo também podem se identificar com a defesa da plataforma da *Deep Ecology*, os oito pontos, o segundo nível da estrutura. Basta que a percepção do *Self* que fundamenta a ecosofia não seja restrita a ideia de um indivíduo isolado, mas que se construa a partir de uma noção de *Self* integrado, constituído por todas as suas relações, com todos os seres da natureza, um *Self* entendido como uma rede de interações. O terceiro nível, o das políticas articuladas, e o quarto nível, o da ação imediata, traduzem as visões de mundo inerentes à *Deep Ecology* em um movimento de reforma política e social. A estrutura sugerida implica, portanto, em: 1) filosofias ou visões de mundo, ecosofias; 2) princípios de

plataforma, que unem pessoas com diferentes ecosofias; 3) formulações de políticas aplicadas em contextos nacionais ou jurisdicionais específicos; e 4) ações práticas tomadas por indivíduos em locais específicos (Sessions, 1995; Drengson & Inoue, 2005; Devall & Sessions, 2007).

Assim, os defensores do *Deep Ecology Movement* contrastam a sua abordagem com a dos movimentos considerados "superficiais" ou *shallow*. O *Deep Ecology Movement* entende que todo ser vivo tem um valor intrínseco ou inerente que lhe dá o direito de "florescer", independentemente da sua utilidade para os seres humanos. Toda a vida é percebida como uma teia de interações múltiplas e complexas. O *Deep Ecology Movement* se opõe à degradação da natureza, exceto para a satisfação de necessidades vitais. A integridade de longo alcance e a saúde dos ecossistemas da Terra são de fundamental importância ética (Sessions, 1995; Drengson & Inoue, 2005; Devall & Sessions, 2007).

Para o *Deep Ecology Movement* a crise ecológica tem raízes profundas em atitudes antropocêntricas equivocadas sobre o domínio dos humanos sobre todos os outros seres que habitam o planeta. São atitudes que justificam a exploração imprevidente dos recursos naturais e o consumismo, e que não podem ser superadas sem mudanças políticas e sociais significativas. Isso inclui mudanças no estilo de vida daqueles que vivem nos países ricos e dos ricos que vivem nos países mais pobres. Tais mudanças podem emergir de uma base filosófica ou religiosa, as ecosofias, que nutre um senso de responsabilidade pessoal, não apenas para com as pessoas que agora vivem, mas também para com as próximas gerações. Esse senso de responsabilidade é ampliado para todos os organismos, para os ecossistemas e para o planeta Terra. A população humana atual já é muito grande em muitos países e novos aumentos populacionais reduzirão a qualidade de vida de seres humanos e formas de vida não humanas. Assim, uma população humana menor é desejável e pode ser alcançada reduzindo a taxa de natalidade por vários séculos (Sessions, 1995; Drengson & Inoue, 2005; Devall & Sessions, 2007).

A *Deep Ecology* tem um aspecto fundamentalmente vivencial, ou experiencial, de contato e autorrealização junto à natureza. Ao estender o nosso senso de identificação e cuidado e ao ampliar a nossa capacidade de amar, nós possibilitamos o viver e o "florescer" e nos realizamos em harmonia

com todos os outros organismos. Trata-se de uma compreensão e de uma experiência ampliada do *Self*, já que a nossa própria autorrealização é interconectada com a autorrealização de todos os outros seres. Não podemos florescer e perceber a nós mesmos se destruímos o espaço vital dos outros seres e interferirmos com as suas possibilidades de autorrealização.

Nas cidades dominadas pela tecnologia e pelo artificialismo, um número crescente de seres humanos carece de contato com o mundo natural. Isso é especialmente crítico na educação das crianças e tem por consequência a formação de adultos completamente apartados da natureza, especialmente da sua face mais selvagem. O ecoturismo pode e deve representar um papel na reconciliação dos humanos com o mundo natural. Mas, só poderá fazê-lo na medida em que tiver por suporte uma perspectiva ética ampla da relação dos humanos com a natureza, e nisso a *Deep Ecology* pode ajudar.

3.2 - O Ecoturismo: *Deep* e *Shallow*

Acott, La Trobe e Howard (1998), no artigo *An Evaluation of Deep Ecotourism and Shallow Ecotourism*, publicado no *Journal of Sustainable Tourism*, propuseram uma classificação do ecoturismo ao longo de um eixo separado entre *Deep* (profundo) e *Shallow* (raso ou superficial), considerando a atitude dos ecoturistas em relação ao ambiente e uma avaliação da atividade turística. Para os autores, essa abordagem pode ter implicações políticas em termos de fornecer informações para potenciais ecoturistas e de estimular o desenvolvimento de uma forma genuína de ecoturismo consistente com conceitos de sustentabilidade e de vida sustentável. A fim de desenvolver uma estrutura para basear ideias sobre o ecoturismo profundo e o superficial, eles examinaram algumas questões fundamentais a partir de conceitos da filosofia ambiental e do desenvolvimento sustentável. Em seguida, há uma discussão sobre as posições da *Deep Ecology* e da *Shallow Ecology*, com referência ao que seria o ecoturismo profundo (*Deep*) e o superficial (*Shallow*).

A motivação para essa dupla classificação reside no fato de que o termo ecoturismo é usado de tantas maneiras diferentes e não precisas que não necessariamente corresponde a uma atividade ambientalmente benigna. Por exemplo, pode ser usado como uma estratégia de *marketing* para vender produtos que se aproximam do turismo de massa ou causam degradação

ambiental e cultural. As pessoas podem ser incentivadas a visitar regiões montanhosas remotas espetaculares, mas receberem um tratamento com base em padrões de conforto e acomodação pautados pela sociedade de consumo, resultando em problemas ambientais associados (Acott, La Trobe & Howard, 1998).

O ecoturismo superficial (*shallow ecotourism*) é entendido por Acott, La Trobe e Howard (1998) como representando uma gama de pontos de vista que se situam entre o ecoturismo e o turismo de massa. Ele é, sobretudo, um negócio e a sua atitude em relação ao ambiente natural não muda muito do convencional. A natureza é valorizada de acordo com a sua utilidade para os humanos. O ambiente é visto como um recurso que pode ser explorado para maximizar os benefícios para os seres humanos. Não há consideração sobre o valor intrínseco da natureza, embora a importância das futuras gerações humanas seja reconhecida. As decisões gerenciais são tomadas do ponto de vista utilitarista e antropocêntrico. A metáfora dominante para o ambiente natural, a partir da qual se legitima uma atitude exploradora, é a de uma máquina. O conhecimento da natureza é alcançado reduzindo-a as suas partes componentes. Existe uma crença de que a tomada de decisões deve ser deixada exclusivamente nas mãos dos especialistas. Em alguns casos, o ecoturismo superficial representa uma forma de ecoturismo que se aproxima muito do turismo de massa. A principal diferença entre uma forma extrema de ecoturismo superficial e o turismo de massa está no modo como a experiência é promovida. A atividade do ecoturismo superficial reivindica em sua publicidade o acesso a áreas naturais pristinas, a visualização de animais selvagens, a observação de pássaros etc. As consequências ambientais e culturais da atividade ficam em segundo plano em relação às considerações econômicas, o objetivo de obter lucro.

Já o ecoturismo profundo (*deep ecotourism*) é, segundo Acott, La Trobe e Howard (1998), baseado em uma perspectiva ecocêntrica e nos conceitos da *Deep Ecology*. O ecoturismo profundo abarca uma série de ideias que incluem a importância do valor intrínseco da natureza, a ênfase na identidade comunitária e na importância da participação da comunidade, e a aposta na pequena escala. O desenvolvimento de uma bioética é um elemento importante para o ecoturismo profundo e refuta a ideia de que decisões gerenciais devem

ser tomadas de uma perspectiva antropocêntrica. Em vez disso, uma posição biocêntrica ou ecocêntrica é adotada, incluindo tanto os seres vivos como os não-vivos, os ecossistemas são considerados como uma totalidade orgânica integrada).

Acott, La Trobe e Howard (1998) argumentam que:

Existe uma má interpretação, comum, de que o biocentrismo é usado para colocar os direitos das espécies ou ecossistemas acima dos humanos. Isso está incorreto, o biocentrismo deve ser visto como uma posição filosófica subjacente ao desenvolvimento de técnicas e estratégias de gestão adequadas. Os humanos têm tanto direito de viver e florescer quanto qualquer outra espécie, o que necessariamente irá envolver a interação com outras espécies e habitats [...]. No entanto, uma pessoa ecocêntrica minimizará os danos e o sofrimento causados. No contexto do ecoturismo profundo, as pessoas que vivem em áreas naturais pristinas têm igual direito de existir ao lado de outros elementos da paisagem, desde que tentem minimizar os danos e o sofrimento que eles causam. A noção de remover grupos de pessoas para permitir a "preservação de áreas naturais" não seria facilmente aceita de uma perspectiva profunda do ecoturismo. Os papéis das pessoas são fundamentalmente importantes na ecologia profunda. A ecologia profunda não deve ser pensada como filosofia marginalizada ou radical que não tem relevância prática para o desenvolvimento de boas práticas ambientais (p. 246).

A razão subjacente para um ecoturista superficial visitar uma região é outro aspecto que o diferencia de um ecoturista profundo. Um ecoturista superficial visitará uma região motivado pelos valores estéticos que a localidade pode conter. Trata-se de uma avaliação instrumental da natureza. Eles podem sentir que, visitando uma área, estão contribuindo para a sua conservação, uma vez que o ecoturismo gera renda, que pode ser usada para a conservação e o manejo de uma região. Um ecoturista superficial reconhecerá a conservação da natureza como essencial para garantir a existência de recursos naturais para os humanos do presente e do futuro. Aliás, uma das principais preocupações dos ecologistas superficiais é com o esgotamento dos recursos naturais (Acott, La Trobe & Howard, 1998).

O ecoturista profundo pode ter razões semelhantes para visitar uma região, as mesmas razões instrumentais decorrentes do valor estético da área, bem como ele nutre também o desejo de aumentar a sua conservação. No

entanto, as razões apresentadas pelo ecoturista superficial e pelo ecoturista profundo para promover a conservação são bem diferentes. O ecoturismo superficial tem a intenção de preservar pequenas parcelas de terra ou espécies específicas para o benefício de futuros seres humanos. O ecoturista profundo terá uma visão holística da conservação, enfatizando a necessidade de conservar todas as espécies e áreas, em vez de apenas as partes que interessam ou são necessárias para a sobrevivência da espécie humana. Além disso, o ecoturista profundo reconhecerá valores intrínsecos em toda a natureza para que a conservação seja motivada pelo respeito pela própria natureza e pela sobrevivência da natureza por si só. O ecoturista profundo atribui direitos à natureza, estendendo a consideração ética e as obrigações morais à natureza. Essa perspectiva do ecoturismo profundo se mostra compatível com a plataforma da *Deep Ecology*, que estipula que seres não humanos têm valor em si mesmos, independentemente de quaisquer valores que os humanos possam atribuir a eles (Acott, La Trobe & Howard, 1998).

Desse modo, é possível pensar no ecoturismo como tendo uma motivação específica. Ao se propor uma conceituação para o ecoturismo profundo, pode se ter em vista que ele se refere a uma atividade em que o participante viaja imbuído de uma visão filosófica mais profunda do mundo, uma ética ambiental capaz de integrar e incluir todos os organismos, os ecossistemas e as mais variadas culturas. Nesse caso, a atividade do ecoturismo profundo se estabeleceria em consonância com os princípios estipulados pela *Deep Ecology*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo é o segmento turístico voltado para a garantia de que a visitação de locais de natureza não gere grandes impactos negativos sobre o ambiente e as populações humanas que nele vivem. A partir da reflexão proposta pela *Deep Ecology*, os visitantes de ambientes naturais que se envolvem com a causa da conservação da natureza possuem não apenas o desejo de vivenciar experiências únicas e memoráveis, mas também de cuidar do meio ambiente, de preservar espécies da fauna e da flora e de valorizar o patrimônio cultural.

A partir dessa perspectiva, foi possível verificar que o entendimento de vários biólogos da conservação não difere tanto do entendimento que tinham Henry David Thoreau, John Muir e Aldo Leopold sobre a importância da visitação das áreas de natureza selvagem, a *wilderness*. Existe nestes autores, na biologia da conservação e nos autores da *Deep Ecology* a percepção de que a proximidade das belezas naturais e da *wilderness* proporciona o desenvolvimento de sentimentos de empatia e de amor pela natureza e pelos seres que a habitam e mesmo da noção de que eles devem ser considerados pelo seu valor intrínseco.

A experiência de aprender e de ampliar a consciência sobre o mundo natural é o que faz do segmento do ecoturismo algo diferente, de fato, do turismo de massa. Para tanto, a aproximação de valores como os da filosofia da *Deep Ecology* e do conhecimento proporcionado pela biologia da conservação pode e deve desempenhar um papel de importância fundamental.

Quando comparado com a experiência do *Grand Tour*, o turismo de massa que se desenvolveu na contemporaneidade se mostra superficial, uma atividade voltada para o consumo de atrativos culturais e de natureza sem que haja uma compreensão maior do que eles significam e sem que os turistas ampliem o seu entendimento do mundo em que habitam. Trata-se, portanto, de se pensar o ecoturismo como uma forma de turismo capaz de resgatar o espírito de aprendizado e conscientização presentes no *Grand Tour*, para garantir a conservação dos patrimônios natural e cultural e para tornar mais rica a experiência dos turistas.

No entanto, ainda que os princípios e práticas envolvidos no que seria um ecoturismo genuíno, que podemos chamar de *Deep Ecotourism*, na maioria das vezes, não estejam sendo seguidos na íntegra, as potencialidades são expressivas e podem trazer resultados significativos, se um planejamento adequado vier a ser implementado. O ecoturismo tem um papel importante a desempenhar na conservação da biodiversidade e da sociodiversidade do planeta Terra. Ele tem potencial para gerar recursos econômicos para as localidades visitadas e para criar uma consciência ampliada da importância da conservação dos mais variados patrimônios naturais e culturais. Ele possibilita ao viajante conhecer, admirar, vivenciar e aprender sobre espaços naturais e culturais que antes lhe eram estranhos. É esse tipo de experiência profunda, que envolve a compreensão do outro e o autoconhecimento, que permite ir além dos benefícios econômicos e refletir sobre os princípios éticos e filosóficos mais amplos que podem ser relacionados com o ecoturismo.

Dessa forma, é natural que se possa pensar no ecoturismo como tendo uma motivação específica. Nesse caso, ao se propor uma conceituação para o ecoturismo como *Deep Ecotourism*, ecoturismo profundo, pode-se dizer que ele se refere a uma atividade em que o participante viaja imbuído de uma visão filosófica mais profunda do mundo, de uma ética ambiental capaz de integrar e incluir todos os organismos, os ecossistemas e as mais variadas culturas. Nesse caso, a atividade do ecoturismo profundo se estabeleceria em consonância com os princípios filosóficos estipulados pela *Deep Ecology*.

Assim, podemos concluir que o desenvolvimento do ecoturismo, como um segmento voltado para a conservação dos patrimônios natural e cultural, da biodiversidade e da sociodiversidade, depende de uma reflexão profunda em relação aos valores e aos princípios éticos que orientam a sua prática, e especialmente do desenvolvimento de uma consciência mais ecocêntrica, baseada na atribuição de um valor intrínseco à natureza, características essas presentes na filosofia da *Deep Ecology*.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

ACOTT, Tim G.; LA TROBE, H. L.; HOWARD, S. H. An Evaluation of Deep Ecotourism and Shallow Ecotourism, *Journal of Sustainable Tourism*, 6:3, 238-253, 1998.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2001.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: SENAC/SESC, 2009.

DEVALL, Bill & SESSIONS, George. *Deep Ecology: Living as if nature mattered*. Salt Lake City: Peregrine Smith Books, 2007.

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DAVENPORT, Lisa & RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, John; SCHAIK, Carel van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (orgs.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Edited by). *Deep Ecology Movement: An Introductory Anthology*. California: North Atlantic Books, 1995.

DRUMMOND, José Augusto. "Introdução – Henry David Thoreau, homem de várias épocas". In: THOREAU, Henry David. *Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA, 1994.

FRANCO, José Luiz de Andrade. *Patrimônio cultural e natural, direitos humanos e direitos da natureza*. In: SOARES, Inês Virgínia Prado e CUREAU, Sandra (Orgs.). *Bens Culturais e Direitos Humanos*. São Paulo: SESC, 2015, pp. 155-184.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral. *Historiæ*, Rio Grande, Volume 6, Número 2 (Dossiê Patrimônio Histórico e Ambiental), 2015, pp. 233-270.

FRANCO, JOSÉ LUIZ DE ANDRADE. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da *wilderness* à conservação da biodiversidade, *História* (São Paulo. Online), v. 32, 2013, p. 21-48.

GROOM, Martha J.; MEFFE, Gary K.; CARROLL, C. Ronald (Eds.). *Principles of Conservation Biology*. 3. ed. Massachusetts: Sinauer Associates, 2006.

HONEY, Martha. *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* Washington: Island Press, 2008.

KINKER, Sônia. *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

KOLBERT, Elizabeth. *A Sexta Extinção: Uma História não Natural*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac: And Sketches Here and There*. New York: Oxford University Press, (first edition 1949) s/d.

MCCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.

MUIR, J. *A Thousand-mile Walk to the Gulf*. Boston and New York: Houghton Mifflin Company, 1916.

NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. Yale: Yale University Press, 2001.

NASH, Roderick. *The Rights of Nature: a history of environmental ethics*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1989.

NASH, Roderick (Edited by). *American Environmentalism: Readings in Conservation History*. New York: McGraw-Hill, 1990.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SESSIONS, George. *Deep Ecology for the 21st Century: Readings on the Philosophy and Practice of the New Environmentalism*. Boston: Shambhala, 1995.

TERBORGH, John e SCHAİK, Carel van. Por que o mundo necessita de parques? In: TERBORGH, John; SCHAİK, Carel van; DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu (orgs). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR e Fundação O Boticário, 2002.

THOMAS: Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

THOREAU, Henry David. *Desobedecendo: A Desobediência Civil e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

THOREAU, Henry David. *Walden ou A Vida nos Bosques*. São Paulo: Global, 1987.

WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. New York: Cambridge University Press, 1998.

WORSTER, Donald. *A Passion for Nature: The life of John Muir*. New York: Oxford University Press, 2008.

WULF, Andrea. *A Invenção da Natureza: A vida e as descobertas de Alexander von Humboldt*. São Paulo: Planeta, 2016.